

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

APRENDER COM PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: Um
Modelo para Incorporação das Lições do PDSA II nas Ações Correntes dos Agentes de
São Tomé e Príncipe

Inguialdo do Nascimento do Espírito Santo

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Estudos Internacionais

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar do Instituto Universitário
de Lisboa (ISCTE-IUL)

Lisboa, Setembro 2017

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

APRENDER COM PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: Um
Modelo para Incorporação das Lições do PDSA II nas Ações Correntes dos Agentes de
São Tomé e Príncipe

Inguialdo do Nascimento do Espírito Santo

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Estudos Internacionais

Orientador:

Professor Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar do Instituto Universitário
de Lisboa (ISCTE-IUL)

Lisboa, Setembro 2017

AGRADECIMENTOS

A realização do curso que deu origem à presente dissertação contou, em diferentes níveis de intervenções, com a ajuda e a colaboração preciosas de múltiplos amigos. Neste sentido, gostaria solenemente de lhes manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me concedeu força, coragem, saúde e determinação necessárias para realização deste curso.

À minha esposa, filhas, pais, irmãos, pelo sacrifício consentido em dois anos de ausência do convívio familiar e pelo constante apoio.

A Cerineu por ter dedicado o seu tempo em orientar-me em todo o processo de matrícula.

A Jales e a Alcmena por me terem alojado durante o tempo da realização deste curso.

A Miguel Trovoada por me ter concedido inúmeras oportunidades de ter contacto com diversos organismos internacionais que veio a influenciar a escolha do curso.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Henriques, pela sábia orientação prestada e pela predisposição demonstrada durante toda a fase da realização da presente dissertação.

A Quintino pelo seu importante apoio na revisão dos trabalhos realizados ao longo dos dois anos do curso.

À Olga Teixeira e H3 pelo apoio prestado no processo de integração profissional bem como a facilitação da dispensa das atividades laborais para a recolha de dados no campo.

Manifesto também um enorme apreço e gratidão à ONG ADAPPA e a equipa do PDSA II, pelo envolvimento dos seus técnicos neste trabalho, bem como todos apoios logísticos que me prestaram durante a fase da pesquisa no campo.

A todas as comunidades beneficiárias do PDSA II e ao PNASE, pelo nível de envolvimento na produção do resultado desta dissertação.

Ao ISCTE-IUL pela promoção e realização deste mestrado que se reveste de enorme importância no quadro do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

E, por último, a todos os que não são aqui explicitamente referenciados, mas que, de alguma forma, contribuíram para que o presente trabalho fosse possível.

RESUMO

Cada vez mais, novos projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento são apresentados à sociedade, demonstrando o reforço da cooperação para o desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento em distintas áreas. A segurança alimentar tem destaque no quadro desta cooperação.

No período de 2013 a 2015, São Tomé e Príncipe beneficiou, no quadro da cooperação para o desenvolvimento estabelecida com o Instituto Marquês de Valle Flôr, do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA II) com vista a contribuir no processo da promoção da segurança alimentar no país através da superação de quatro problemas, a saber: a falta de mercado para escoamento da produção local; a necessidade de apostar na fileira de alto valor produtivo e nutritivo; a escassez de unidade de conservação e de transformação e a necessidade de alargar espaço de debate sobre a segurança alimentar.

O PDSA II integrou quatro medidas para superar os problemas diagnosticados. Reforçou o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar; dinamizou a fileira de mandioca; instalou novas tecnologias para a promoção da segurança alimentar; e dinamizou o espaço de concertação de ideias entre o Estado e a sociedade civil no domínio da segurança alimentar.

Por meio da perspectiva da avaliação realista, este trabalho avalia como é que os problemas diagnosticados foram afetados com as ações dinamizadas pelo projeto e, os seus resultados podem servir de metodologias suscetíveis de serem transferidas para ações dos agentes nacionais que poderão contribuir na formulação de políticas direcionadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional em São Tomé e Príncipe.

Palavras-chaves: Cooperação - projetos - segurança alimentar - avaliação

ABSTRACT

Increasingly, new international development cooperation projects are being presented to society, demonstrating the strengthening of development cooperation between developed and developing countries in different areas. Food safety is highlighted in this cooperation. From 2013 to 2015, São Tomé and Príncipe benefited from the Decentralized Food Security Project (PDSA II), within the framework of the development cooperation established with the Instituto Marquês de Valle Flôr, to contribute to the process of promoting food security in the country by overcoming four problems, namely: the lack of a market for the flow of local production; the need to invest in the high productive and nutritional value chain; the scarcity of conservation and processing facilities and the need to widen the debate on food security.

The PDSA II integrated four measures to overcome the problems diagnosed. Reinforced the National School Food and Health Program; it dynamized the row of manioc; installed new technologies to promote food security; and stimulated the space for the conciliation of ideas between the State and civil society in the field of food security.

Through the perspective of realistic evaluation, this work assesses how the diagnosed problems were affected by the actions promoted by the project and their results can serve as methodologies that can be transferred to the actions of the national agents that can contribute to the formulation of policies aimed at promoting food and nutritional security in São Tomé and Príncipe.

Keywords: Cooperation - projects - food security - evaluation

ÍNDICE

CAPITULO - I: INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	1
1.1. O PROBLEMA DA PESQUISA E SEU CONTEXTO	1
1.2. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	2
CAPÍTULO - II: REFLEXÕES CONCEITUAIS, TEÓRICAS E EMPÍRICOS DO PROBLEMA DE PESQUISA.	3
2.1. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	3
2.2. AVALIAÇÃO	5
2.2.1. PERSPETIVA DA AVALIAÇÃO REALISTA.....	6
2.3. ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO E DO IMVF	9
2.4. PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO - PDSA II	10
CAPÍTULO - III: DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AO PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO -PDSAII	11
CAPÍTULO - IV: ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	13
4.1. NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO	13
4.2. PARTICIPANTES.....	13
4.3. PROCEDIMENTOS	13
4.4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	14
CAPÍTULO - V: PROBLEMAS DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	17
5.1. AS CAUSAS DOS PROBLEMAS DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM STP.....	17
5.2. POSSÍVEIS FACTORES QUE DETERMINAM A PERSISTÊNCIA DOS PROBLEMAS.....	18
CAPÍTULO - VI: AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA SEGUIDA PELO PDSA II.....	21
6.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO DESCENTRALIZADO DE SEGURANÇA ALIMENTAR FASE II	21
6.2. A CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS IMPLÍCITAS NA AVALIAÇÃO DO PDSA II.....	22
6.3. AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DO PDSAII E O PROBLEMA A SER RESOLVIDO	26
6.4. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO PDSAII (EFETIVAMENTE CONCRETIZADAS)	27
6.5. IMPACTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS ('EFEITOS LÍQUIDOS').....	28
6.6. LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PARA POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA AÇÃO CORRENTE DOS AGENTES SOCIAIS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	29
VII. CONCLUSÕES FINAIS.....	37
7.1. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO.....	39
7.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	39
7.3. SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

ÍNDICE DOS ANEXOS

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE ENTREVISTA REALIZADAS COM TÉCNICOS DA ONGADAPPA	i
TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE ENTREVISTA REALIZADAS COM OS PRODUTORES DE MANDIOCA.	iv
TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE ENTREVISTA COM PRODUTORES DE HORTALIÇAS	vi
TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DE PNASE	ix
TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DE RESCAN	xi
TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DE PDSA II	xii
TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DA COOPERATIVA NOVA VIDA.....	xv

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNICOS

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CD	Cooperação para o Desenvolvimento
CI	Cooperação Internacional
CNU	Conselho das Nações Unidas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr
NU	Nações Unidas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OI	Organizações Internacionais
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
PAM	Programa Alimentar Mundial
PCD	Projeto de Cooperação para o Desenvolvimento
PCI	Projeto de Cooperação Internacional
PD	Países Desenvolvidos
PDSA II	Projeto Descentralizados de Segurança Alimentar Fase II
PDSA-STP	Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar em São Tomé e Príncipe
PED	Países Em Desenvolvimento
PNASE	Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar
RESCSAN	Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCO	Sociedade Civil Organizada
STP	São Tomé e Príncipe

CAPITULO - I: INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

1.1. O PROBLEMA DA PESQUISA E SEU CONTEXTO

A Cooperação para o Desenvolvimento (CD) tem revelado o interesse conjunto dos Países Desenvolvidos (PD) e dos Países em Desenvolvimento (PED) em combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradora.

Cada vez mais, em São Tomé e Príncipe (STP), novos projetos são implementados, espelhando o reforço da cooperação em distintas áreas de desenvolvimento. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem merecido destaque no quadro dos Projetos de Cooperação Internacional (PCI) para o desenvolvimento deste Estado. Não obstante a implementação de múltiplos projetos¹ que o país conheceu, os estudos revelam que mais 23% da população se encontram em situação de insegurança alimentar (Agrossuisse, 2013, p.9).

Este trabalho pode, no geral, ser visto como um contributo possível de aumentar a capacidade do Estado são-tomense em lidar com os Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento (PCD), direcionado à deliberação da pobreza e a insegurança alimentar. Ele tenta estudar as relações existentes entre os problemas da insegurança alimentar em STP e, as soluções propostas pela Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), por via do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar Fase II (PDSA II).

Especificamente, a investigação tenta esclarecer, por um lado, quais são os problemas da segurança alimentar em STP, as suas causas, bem como os fatores que concorrem para a sua persistência. Por outro lado, estuda o caso concreto do PDSA II e, à luz da “perspetiva da avaliação realista”, avalia a metodologia e os resultados do PDSA II.

Não obstante os diferentes constrangimentos com os quais o PDSA II se confrontou ao longo da sua execução, os diversos atores nacionais e internacionais, implicados no processo, mormente, os membros das comunidades beneficiárias, os parceiros nacionais de implementação, os parceiros de cooperação internacional (financiadores) são unânimes em considerar que o projeto mencionado poderá ser referido como um caso de sucesso, tendo em atenção os objetivos ambiciosos preconizados e cumpridos, a sua abrangência (escala), o tempo útil de execução, e sobretudo os produtos apresentados, num contexto de crise financeira internacional, com repercussão na limitação de recursos.

¹ Uma referência de treze no lapso de tempo de 2008 a 2015.

Desta forma, o problema central de pesquisa pode ser colocado da forma seguinte: Quais são as lições que o projeto de cooperação para o desenvolvimento “PDSA II” deixa a STP, que possam ser incorporadas nas ações correntes dos agentes nacionais para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional?

Assim, sob o tema *“aprender com os projetos da segurança alimentar: um modelo para incorporação das lições do PDSA II nas ações correntes dos agentes de São Tomé e Príncipe,”* procuramos indagar quais as boas práticas o governo e a sociedade são-tomense poderão apreender da execução do projeto analisado, numa perspetiva de rentabilização meios técnicos e recursos e apontar caminhos para projetos futuros.

1.2. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Em termos de estrutura, para além do presente capítulo de Introdução, por via do qual são apresentados o problema da investigação, contexto do estudo, objetivos do estudo, e a questão de investigação, o trabalho conta com mais seis capítulos. O trabalho integra ainda, na parte final, uma abordagem geral sintética de conclusões básicas que servem de propostas metodológicas que podem ser transferidas para ações dos agentes nacionais com vista a dinamizar a promoção da segurança alimentar em STP, limitações da investigação e sugestões para as pesquisas futuras e as referências bibliográficas.

No capítulo II, refletimos sobre os aspetos conceituais, teóricos, e empírico do problema de pesquisa; No capítulo III, abordamos a forma como a cooperação para o desenvolvimento pode concretizar-se por via de projeto de cooperação para o desenvolvimento. No capítulo IV, apresentamos a metodologia utilizada para a obtenção dos resultados. No capítulo V, apresentamos os problemas da segurança alimentar em STP. As causas dos problemas e os factores que concorrem para a sua persistência são também analisados neste capítulo. No capítulo VI, é avaliado o projeto PDSA II.

CAPÍTULO - II: REFLEXÕES CONCEITUAIS, TEÓRICAS E EMPÍRICAS DO PROBLEMA DE PESQUISA

O problema central neste trabalho é colocado no sentido de os países em desenvolvimento perceberem se os projetos de cooperação para o desenvolvimento são realmente viáveis para resolver os problemas locais e impulsionar o desenvolvimento almejados. A questão ora levantada poderá admitir duas hipóteses, sendo uma no sentido positivo e outra no sentido negativo.

Admitindo a hipótese afirmativa, isto é, os projetos de cooperação para o desenvolvimento resolvem os problemas locais, seria interessante, neste sentido, estudarmos os mecanismos que possibilitam o reforço dessas soluções de modo que os países em desenvolvimento possam tirar o máximo proveito da cooperação para o desenvolvimento e, se admitirmos a hipótese negativa, isto é, os projetos de cooperação para o desenvolvimento não resolvem os problemas locais, tornar-se-ia interessante, neste sentido, indicarmos os caminhos a seguir para que a ajuda concedida aos países em desenvolvimento sejam rentabilizadas.

2.1. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

De facto, hoje, no quadro da cooperação internacional para o desenvolvimento, são mobilizados avultados fundos com vista a promover o desenvolvimento socioeconómico dos PED. Afonso (1995, p.13) considera que a cooperação é a “criação de mecanismos e o estabelecimento de laços de solidariedade para compensar o fosso cada vez maior, entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento”. Para autora, *op cit.*, “as relações de cooperações estabelecem sobre tudo entre estes dois grupos de países o que muitas vezes se transforma em relacionamento cuja igualdade dos interlocutores é questionável, e em que os interesses de uns se sobrepõem aos outros”. (p.13)

Este facto merece toda a nossa atenção, pois, uma ajuda concedida no quadro de uma cooperação para o desenvolvimento pode arrastar consigo novos problemas para o PED. A respeito desta observação, Afonso (1995, p.42) socorre do exemplo da ajuda alimentar para clarificar o seguinte:

A ajuda alimentar é destinada a países ou regiões com problemas graves de fome, sendo distribuídos gratuitamente alimentos às populações mais carenciadas (...) e é habitualmente realizada por intermédio de organismos internacionais (onde destaca o Programa Alimentar Mundial (PAM), e por ONGD. (...)

Um aspeto a considerar neste tipo de ajuda é o da sua contribuição para a segurança alimentar das populações receptoras e, em última instância, para o seu desenvolvimento. Todavia, pode revestir efeitos adversos: introduzir novos hábitos alimentares, pelo fornecimento de produtos diferentes dos produzidos localmente, colocar problemas aos respetivos mercados, baixando o preço dos produtos e desincentivando a produção local, e criar dependência crescente.

Ainda nas reflexões da autora, *opcit*, se observa que uma ajuda alimentar de emergência pode ser útil no caso de fornecimento de alimentos numa situação de guerra, mas, em alguns casos, pode mesmo contribuir para a manutenção ou agravamento de conflitos.

Em STP, pode-se analisar alguns exemplos que chamam atenção para essa reflexão. A fonte noticiosa da Agência Noticiosa de STP (STP PRESS), em 28 de agosto do ano em curso, indicou que a “República da China ofereceu a STP 1000 toneladas de arroz, oficialmente, entregues, pelo embaixador chinês ao Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul” e este, por sua vez, “agradeceu a oferta, em nome do governo, e sublinhou a importância que a cooperação com a China atribui à questão da segurança alimentar em STP”. (web referencia²).

Tal como o exemplo acima referido, STP, no quadro da cooperação para o desenvolvimento com o PAM, Japão e outros parceiros internacionais, o país tem beneficiado desde a década de 1990 de milhares de toneladas de arroz oferecidas pelos parceiros de desenvolvimento com vista a promover a segurança alimentar das populações. Esta prática fez instalar no país uma dependência alimentar. A observação é feita pelo representante do Programa Nacional e de Saúde Escolar (PNASE), ao indicar que o arroz ganhou tanta confiança no país que faz cair e subir governo. Ainda sim, nota-se que, não havendo arroz no país logo se suspende alimentação nas escolas.

Em 2014, uma das promessas que concorreram para que o 16º Governo Constitucional fosse eleito foi a promessa eleitoral do partido Ação Democrática Independente (ADI) colocar arroz³ no mercado a preço acessível a toda a população. A outra situação reporta ao caso concreto do PDSA II, pois, este projeto de cooperação para o desenvolvimento incentivou os agricultores a aumentarem a produção e estes, por sua vez, o fizeram. Entretanto, o projeto não resolveu o problema do mercado que os agricultores reclamam. Este facto, criou uma frustração nesta classe tendo em conta que se aumentou a produção mais não houve consumidor. Certamente, esta situação deve-se a desvalorização da produção nacional, fruto da importação de novos hábitos alimentares.

Contudo, o mundo em que vivemos hoje é altamente influenciado pela dinâmica da cooperação económica e social. Afonso (1995) é de opinião que a definição do conceito de cooperação levanta algumas dificuldades. Entretanto, autora deixa a noção que cooperar pode ser entendido como “auxílio para um fim comum, acto de cooperar, entendido este como um trabalho em comum, de colaboração, e acto de ajuda ao desenvolvimento” (p.13).

A Cooperação para o Desenvolvimento, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento são expressões que designam uma mesma realidade. Portanto, elas fundem num só conceito e todas as expressões referem-se à “transferência de recursos entre países

² Disponível em: <http://www.stp-press.st/c84.htm>, consultado em 29/08/2017.

³ Arroz conhecido em STP como “arroz de treze contos”.

através de empréstimos ou donativos” e constituem a “principal componente do financiamento político da cooperação”. Essas expressões são habitualmente utilizadas quando se fala das relações internacionais, entre Estados, de cooperação entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (Afonso, 1995, p. 15-21).

A ideia é corroborada pela Alves (1996) ao observar que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento “traduz-se na transferência de recursos provenientes de meios públicos ou de organizações intergovernamentais, concedidos em condições mais favoráveis do que as de mercado e cuja finalidade é desenvolvimento do país receptor” (p. 21).

Ajuda pública ao desenvolvimento é a parcela mais importante dos fluxos oficiais e uma importante fonte de financiamento do desenvolvimento. Para que ajuda seja considerada de APD é necessária que ela seja canalizada para o sector público, deve contribuir para promover o desenvolvimento económico e melhorar o nível de vida dos países receptores a longo prazo, deve constituir uma transferência de recursos na forma de donativo ou empréstimos em condições muito mais favoráveis que a do mercado e, por último, o país beneficiário deve constar na lista dos países em desenvolvimento. (Afonso & Fernandes, 2005, P.17).

2.2. AVALIAÇÃO

Os resultados do processo de “avaliação” tem contribuído, cada vez mais, para que as ciências sociais formulem metodologias que permitem alcançar determinados resultados. A constatação é feita pelo próprio Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). Em 1996, durante uma reflexão sobre a metodologia de avaliação, o CIES constatou no seio da comunidade científica um crescente interesse pelo processo de “avaliação” das políticas, programas e projetos. Perceber os objetivos, conhecer os meios alocados para o alcance dos objetivos, estabelecer a relação entre os protagonistas e os destinatários, identificar os procedimentos e esclarecer os impactos, constituem alguns desafios que são investigados na sede do processo de “avaliação”.

No geral, Luís Capucha *et al.* (1996) observam que a “avaliação” é:

(...) processo de pesquisa científica que visa deliberadamente colocar questões relativas à conceção, à forma de tomada de decisão, à execução e aos efeitos dos programas, políticas, projetos e investimentos, quer dizer, de diferentes dispositivos criados para modificar situações e resolver problemas. Tais processos socorrem-se de sistema de reflexão crítica a partir de informações recolhidas no decurso do acompanhamento ou após a conclusão desses dispositivos, de modo a permitir que as pessoas e as instituições envolvidas julguem o seu trabalho e aprendam com o julgamento feito.

Na verdade, as questões levantadas pelos projetos de cooperação para o desenvolvimento transportam consigo novas preocupações que desafiam a sociedade são-tomense. A falta de estudos bem como falta de experiência em lidar com o caso amplia a possibilidade de muitas das decisões e iniciativas

direcionadas para a promoção do desenvolvimento serem tecnicamente poucas fundamentadas com risco de não se ajustarem aos problemas locais.

O sentido da “avaliação”, que propomos neste trabalho, não é conduzido no intuito de realizar julgamento dos atores sociais que participaram no projeto, com vista a apurar suas responsabilidades. Pelo contrário, tal como sugere Capucha *et al.* (1996 p.10) o trabalho visa refletir sobre as reformas deliberadas e racionalizadas de colocação de questão e problemas relativos aos processos de decisão e execução de projeto, com recurso a sistemas organizados de reflexão crítica a partir de informações recolhidas no decurso do acompanhamento desses projetos com vista a aprendermos com os seus resultados.

As especificidades dos projetos de cooperação para o desenvolvimento fazem com que nem sempre o modelo da “avaliação” acima abordado seja suficiente para “avaliar” os respetivos projetos. A “perspetiva da avaliação realista” apresenta como uma proposta para superação das insatisfações metodológicas na avaliação dos projetos de cooperação para o desenvolvimento. Assim, propomos que o nosso trabalho seja orientado à luz da “perspetiva da avaliação realista” que passaremos a abordar de seguida forma detalha.

2.2.1. PERSPETIVA DA AVALIAÇÃO REALISTA

Com esta perspetiva de avaliação, pretendemos estudar a operacionalização e os resultados do PDSA II, com objetivo de clarificar como o Estado são-tomense pode agir para resolver certos problemas da segurança alimentar e nutricional no país. Lembre-se que o problema da pesquisa é o de aferir “quais as lições que o projeto de cooperação para o desenvolvimento PDSA II deixa a STP, que possam ser incorporadas nas ações correntes dos agentes nacionais para a promoção da segurança alimentar e nutricional”. Recorde-se, igualmente, que PDSA II é fruto da cooperação para o desenvolvimento entre STP e o IMVF, com objetivo de promover segurança alimentar no país.

A cooperação para o desenvolvimento, tal como afirmamos no ponto 2.1 pode também revestir caráter adverso. Por um lado, pode resolver problema local e, nos outros casos, podem mesmo contribuir para a manutenção ou agravamento de conflitos (ex. coloca problema nos mercados, desincentiva a produção local, entre outros). Por isso, os resultados da cooperação para o desenvolvimento devem ser observados de forma desapaixionada e com uma visão crítica, mesmo quando estamos cientes de que ela visa boas intenções. Neste contexto, a perspetiva da avaliação realista pode contribuir para a identificação de pistas que podem levar-nos a perceber em que medida o projeto de cooperação para o desenvolvimento contribui para a resolução ou agravamento de conflitos. No geral, as suas conclusões assumem duas perspetivas, por um lado, indica como, e em que circunstâncias, determinado problema pode ser resolvido em certa localidade. Neste caso, a perspetiva da avaliação realista permite que as lições metodológicas sejam transferidas para as políticas dos agentes nacionais de modo a “replicar-se”

os resultados. Em outro caso, a perspectiva da avaliação realista permite identificar os limites das respostas experimentadas pelos projetos.

✚ Avaliação Realista: sua contribuição para avaliação de cooperação para o desenvolvimento

José Manuel Henriques (2006), *in* tese de doutoramento, debate de forma profunda, no capítulo V da citada tese, aspetos importantes que ajudam na compreensão e explicação do conceito da “perspetiva da avaliação realista”. No documento referido, o autor propunha avaliar os programas experimentais de luta contra a pobreza desenvolvido na Europa que foram concretizados por meios de projetos locais. Embora PDSA II não seja definido como um programa experimental, acreditamos que a experiência da perspectiva da avaliação realista é importante para ajudar na clarificação dos seus efeitos enquanto projeto local.

A avaliação de projetos de cooperação para o desenvolvimento requer uma abordagem específica. A especificidade é vista no sentido de analisar as "condições de possibilidades" para mudanças qualitativas na prática atual (inovação) da sociedade. No geral, o exercício da avaliação permite que os projetos de cooperação para o desenvolvimento sejam analisados no sentido de se perceber a “coerência” e a “pertinência” dos objetivos de forma a identificar-se os "efeitos líquidos" de ação. Esta perspectiva também permite analisar a “eficiência” da alocação de recursos ou a extensão da mobilização adicional de recursos necessária para cumprir os objetivos previstos. Na perspectiva da avaliação realista, o exercício é mais complexo. Por um lado, estuda-se os efeitos imediatos da ação e, por outro, busca-se as possibilidades de inovação nas práticas correntes.

✚ Perspetiva da Avaliação realista: a natureza da abordagem

A perspectiva da avaliação realista concentra os esforços no sentido de encontrar mecanismos que permitem identificar, articular, testar, refinar e conjeturar mecanismos de contexto-configurações de padrões de resultados. Tal como observou o Ray Pawson e Nick Tilley (1997)⁴, o foco é colocado nos Contextos - Mecanismos - Resultados e seus relacionamentos. Corroborando o raciocínio a cima exposto, Andrew Sayer (2000)⁵ refere que o objetivo da pesquisa da “perspetiva da avaliação realista”

⁴Autor citado pelo José Manuel Henriques, na sua tese de Doutoramento intitulada “Global Restructuring And Local Anti-Poverty Action: Learning From European Experimental Programmes” apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em 2006

⁵ Idem

é identificar e explicar diversas combinações de contextos, mecanismos e resultados tendo em atenção a complexidade da própria sociedade.

✚ Principais características da "perspetiva da avaliação realista"

É necessário descrever as características da perspetiva da avaliação realista de modo que esta não se confunda com outros tipos de avaliação. A este respeito, Henriques (2006,) deixa algumas pistas, na sua tese, que caracterizam esta perspetiva de avaliação.

Na perspetiva da avaliação realista, a investigação deve ser conduzida no sentido de se perceber os programas, para não induzir numa simplificação excessiva da natureza das mudanças geradas por estes. Os programas são entendidos pelo autor como “sistemas sociais” que compreendem a “interação do indivíduo e da instituição, da agência e da estrutura, e dos processos micro e macro-sociais”.

Os resultados da perspetiva da avaliação realista apenas serão claros se compreendermos os mecanismos subjacentes que os originam e os contextos que os apoiam. Por outras palavras, devemos perceber por que e em que circunstâncias dos programas afetam os assuntos potenciais antes que possamos começar a dizer se eles funcionam. A este respeito, Pawson & Tyley (1994),⁶ sustentam que os projetos não devem ser entendidos na perspetiva da avaliação realista como força externas às quais os sujeitos respondem. Pelo contrário, os autores, *opcit*, observam que o sucesso dos projetos deriva tanto da forma como os sujeitos (decisores, profissionais, participantes, etc.) escolhem como torná-los concretos, bem como das condições que os permitem atuar em conformidade.

Ainda sim, destaca-se que, o conhecimento exigido pela perspetiva da avaliação realista não pode reduzir apenas na comparação antes e depois, mas sim, é necessário que seja vista no sentido de fornecer conhecimento suficiente para clarificar de como um problema específico foi afetado pela intervenção do projeto. Esta abordagem contribui para que o resultado da perspetiva da avaliação realista esclareça como é que os factores que geram os problemas sociais podem ser removidos ou neutralizados através da experiência do projeto. A outra característica da perspetiva da avaliação realista é que ela começa por uma teoria que indica o que faz o projeto funcionar e a outra que indica as circunstâncias que permite a efetivação dessas ideias. Pawson e Tyley (1994), *aplud* Henriques (2006).

Como se percebe, a perspetiva da avaliação realista vai além da superfície de *input* e *output* observáveis pelo projeto. Portanto, os “poderes causais” de projetos de cooperação para o desenvolvimento, enquanto mecanismo de mudança, podem não ser diretamente observáveis, uma vez que nem sempre é possível deduzir às mudanças geradoras do processo à facticidade de ações de projetos. Os resultados da perspetiva da avaliação realista são entendidos como um teste que não só

⁶ Idem.

permite indicar se um projeto foi bem sucedido ou não, mas também, permite esclarecer como o efeito particular foi atingido no quadro particular do “mecanismo-contexto” seguido pelo projeto.

O mecanismo é entendido neste estudo como a procura de conhecimento que explica como as coisas operam, atendendo à conjugação da aparência superficial (observável) e o seu funcionamento (oculto). Ainda sim, mecanismo permite, por um lado, compreender se um projeto funciona e, por outro, permite compreender em que circunstância o projeto poderá funcionar.

O contexto é importante pelo facto da relação entre os mecanismos causais e os seus efeitos não serem fixos, mas sim contingentes. Desta forma, o contexto traduz-se em condições circundantes que favorecem ou barram os mecanismos do projeto.

A mudança é vista como resultado desejado pelo projeto. Por outras palavras, o resultado do projeto é visto como “mudança” introduzida na configuração do problema inicial abordado pelo projeto.

Desta forma, a perspetiva da avaliação realista possibilita conhecer o potencial de mudança nos mecanismos do projeto, visto que o seu objetivo central é o de conhecer, por um lado, quais os mecanismos de mudança que são introduzidos pelo projeto e, por outro lado, clarifica como os problemas foram neutralizados com a chegada do projeto. Em suma, a perspetiva da avaliação realista visa legitimar os mecanismos de mudança experimentado pelo projeto. Por outras palavras, a avaliação tem por objetivo sustentar que eles são capazes de reverter, neutralizar, transformar ou mesmo erradicar os problemas abordado pelo projeto. De igual modo, a perspetiva da avaliação realista visa indicar como os mecanismos que sustentam o problema inicial são destruídos com a chegada dos mecanismos do projeto.

Por último, a perspetiva da avaliação realista formula as lições acumuladas que devem ser transferíveis. Pois, todo o trabalho tem por objetivo identificar as características da mudança individual e institucional sobre a qual o sucesso depende. Portanto, a avaliação tenta testar hipóteses relacionadas ao descobrir como uma determinada mudança desejada pode realmente ser obtida.

2.3. ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL PARA DESENVOLVIMENTO E DO IMVF

É usual a cooperação para o desenvolvimento dá-se por meio da cooperação multilateral (quando é feita por organismos intergovernamentais), cooperação bilateral (feita entre Estado e Estado) e a cooperação não-governamental que é realizada pelas organizações nascidas da sociedade civil. A proposta da União Europeia define as ONG como “associações constituídas sem fim lucrativo para contribuir para a realização de ações de cooperação para o desenvolvimento. Trata-se de organizações autónomas e independentes dos poderes públicos” (Alves, 1996, p.47).

As ONG nasceram na Europa após a 2ª Guerra Mundial com objetivo de promover a ajuda humanitária às populações afetadas pela guerra e, em particular, aos refugiados. Paulatinamente, as ONG foram direcionando as suas atividades para outras regiões mais carenciadas e alargaram as suas ações nos domínios da cooperação para o desenvolvimento ao ponto de se transformarem nas organizações não-governamentais para o desenvolvimento. O IMVF é uma ONG para o desenvolvimento portuguesa que nasceu do contexto acima referido.

Lê-se no Estudo de Caso “Saúde para Todos, Mudando o Paradigma de Prestação dos Cuidados de Saúde em STP” realizado em 2010, que o “Instituto Marquês de Valle Flor é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento fundada em 1951, cuja missão passa pela promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural nos países de língua portuguesa”.

Ao longo da sua existência, o IMVF tem dinamizado atividades que promovem a política da equidade social, económica e do género. O rigor na gestão e execução dos projetos e programas, o espírito de parceria, na base de partilha de recursos e responsabilidades com parceiros locais, nacionais e internacionais, baseada no envolvimento, capacitação e responsabilização das comunidades envolvidas, são aspetos que caracterizam a conduta do Instituto.

O estudo acima citado observa que os primeiros passos do IMVF foram marcados no sentido de promover a investigação nas ex-colónias portuguesa com particular realce para STP. Novas portas abriram ao instituto com adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, que permitiram novas parcerias para o desenvolvimento.

Em 2010, o IMVF coordenava cerca de 40 projetos de cooperação para o desenvolvimento direcionados para luta contra a pobreza, combate à fome e cumprimento dos ODM. A filosofia do instituto é apostar em projetos que vão ao encontro dos problemas das populações locais e, que potencializam o desenvolvimento sustentável.

2.4. CONCEITO DE PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO - PDSA II

O projeto de cooperação para o desenvolvimento PDSA II foi implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr em STP em parceria com a Federação das Organizações Não Governamentais (FONG/STP). O projeto foi executado entre 1 de março de 2013 a 31 de agosto de 2015, e foi cofinanciado pela União Europeia (EuropeAid) e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP (IMVF, 2015, p.3).

CAPÍTULO - III: DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AO PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO -PDSAI

O discurso sobre cooperação para o desenvolvimento entrou em voga recentemente na história das Relações Internacionais. No contexto geopolítico da Guerra Fria e da concorrência do Leste, a cooperação para o desenvolvimento afigurou-se como um instrumento privilegiado da política externa das antigas potências coloniais. Após a segunda Guerra Mundial, EUA serviram-se da cooperação para o desenvolvimento e elaboraram o Plano de Marshall com vista a revitalizar as economias europeias através da injeção de avultados capitais.

A importância da cooperação para o desenvolvimento é reconhecida pelo próprio Conselho das Nações Unidas (CNU). Em setembro de 2000, os membros das Nações Unidas (NU) adotaram unanimemente a Declaração do Milênio⁷ comprometendo-se em alcançar os objetivos de desenvolvimento internacional até 2015, com vista a estabelecer um clima, tanto ao nível nacional como mundial, orientado para a promoção do desenvolvimento e a eliminação da pobreza e da fome⁸, sendo que, os dois últimos, são amplamente citados como “referência para a avaliação dos esforços internacionais de desenvolvimento, constituindo assim, o quadro institucional de referência da cooperação para o desenvolvimento” (Maria Afonso & Fernandes, 2005. P.15).

Alguns anos depois, o Jornal digital o “Mundo”, na sua edição de 27 de maio de 2015, citando a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no Relatório sobre a Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI 2015), noticiou que “mais da metade dos países em desenvolvimento (72 de 129) alcançaram a Meta do Milênio de reduzir à metade a fome entre os anos 2000 e 2015, referindo-se, no entanto, que “o progresso foi particularmente notável na América Latina e na Ásia. A África subsaariana permanece em alerta vermelho, com 23,2% de sua população subalimentada. (s/p) (Webreferência⁹)

Por isso, deverá haver esforços concertados por parte dos diferentes atores, nomeadamente, Estados soberanos, Organizações Internacionais (OI), ONGD e da Comunidade Internacional com vista a atingir-se o estágio e erradicação da pobreza e da fome no Planeta. A realização da Conferência Internacional, em março de 2002, sobre o financiamento do Desenvolvimento, em Monterrey, no quadro da Assembleia das Nações Unidas (NU), para promover a cooperação internacional certamente representa o engajamento dos Estados em cooperarem. Em resultado desta conferência saiu o “Consenso de Monterrey” o qual contém os compromissos de todos os países quanto as ações específicas para ajudar o mundo em desenvolvimento e, em particular, os países menos avançados (PMA), a alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)” (Maria Afonso & Fernandes, 2005, p. 15).

Para as autoras *opcit*, o “consenso do Monterrey” reconhece, por um lado, que a “responsabilidade pelo incremento do desenvolvimento é da competência dos governos dos próprios países, os quais devem pôr em prática políticas e quadros institucionais adequados e tomar decisões, por vezes, difíceis, mas necessárias, para assegurar a sua completa implementação”. Por outro lado,

⁷ Compromisso adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução 55/2, de 8 de setembro de 2000, por ocasião da Cimeira do Milênio.

⁸ Primeira das oito metas definidas pela Assembleia da ONU para serem alcançadas.

⁹ Jornal digital Mundo (2015). Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/numero-de-pessoas-que-passam-fome-no-mundo-cai-25-em-25-anos.html>. Consultado em 18 de abril de 2016.

reconhece que “os países pobres não podem alcançar as metas, ou sequer fazer progressos significativos nesse sentido, sem a cooperação e apoio da comunidade internacional”. (p.15).

Este facto levou os países industrializados a comprometeram-se em desencadear um conjunto de mecanismo, que vai desde o comércio (especialmente na melhoria do acesso aos mercados e na redução dos subsídios agrícolas), ao investimento, alívio da dívida e APD. Portanto, o “financiamento do desenvolvimento” integra uma grande diversidade de fluxos, quer quanto à origem quer quanto à natureza, e a sua estrutura tem variado ao longo da história da cooperação, como reflexo na evolução não só das teorias e dos modelos de desenvolvimento como também da própria conjuntura geopolítica internacional. (Maria Afonso & Fernandes, 2005, p15).

Para uma melhor compreensão do raciocínio acima exposto, as autoras apresentam três níveis do financiamento ao desenvolvimento a saber. O primeiro trata-se do “financiamento público e inclui a APD bilateral e multilateral”. O segundo refere aos “donativos das Organizações Não-Governamentais (ONG)”. Nesta situação, o financiamento é garantido pelos próprios fundos destas organizações, que “são canalizados para os PED na forma de donativos privados, sem fins lucrativos, e que visam a promoção do desenvolvimento. Incluem, ainda, as contribuições em géneros, quer para PED, quer para organizações multilaterais ou ONGD internacionais”. Por último, os “Fluxos Privados” são apresentados como meio de financiamento do desenvolvimento que incluem as transações realizadas por empresas e indivíduos do país doador. É o exemplo do investimento direto.

São Tomé e Príncipe é um país em desenvolvimento que almeja atingir os Objetivos de Desenvolvimento de Milénio. O país depende em mais de 90% da ajuda externa para financiamento do seu Orçamento Geral do Estado (OGE), e a sua sobrevivência depende essencialmente das ajudas provenientes dos distintos meios de financiamento do desenvolvimento, isto é, financiamento público, donativos das ONG e, fluxos privados, todos eles frutos de cooperação para o desenvolvimento, firmada entre o Estado são-tomense e os seus parceiros internacionais.

Promover o desenvolvimento, eliminar a pobreza e a fome constituem tarefas difíceis que não dependem apenas de cooperações entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, mas, antes sim, dependem das contribuições de todas as forças vivas da sociedade contemporânea. O exemplo concreto são os contributos prestados pelas ONGD.

As ONGD se têm, cada vez mais, como parceiros incontornáveis dos Estados modernos na prossecução e implementação de projetos de desenvolvimentos, orientados para a promoção do desenvolvimento, luta contra a pobreza e a erradicação da fome. Em reconhecimento da nobre tarefa desempenhada por essas organizações, levou a Alves (1996) a olhar para as “ONGD como verdadeiras actoras da cooperação internacional, com uma filosofia de intervenção muito própria e “vantagens comparativas reconhecidas” que fazem dela “agentes operacionais do desenvolvimento” (p.15). Em paralelo, Afonso (1995) observou que, “a atividade das ONGD portuguesas não pode ser ignorada enquanto agentes ativos na promoção do desenvolvimento”. (p.14).

É neste contexto que STP beneficiou no período de 2009 à 2011 e de 2013 à 2015, no quadro da cooperação para o desenvolvimento do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA) financiado com recursos provenientes da cooperação internacional, mormente, da União Europeia (UE), que foi desenvolvido sobretudo no domínio do sector agrícola, com vista a contribuir no processo de desenvolvimento social e económico do país e, na promoção da segurança alimentar e nutricional na luta contra a pobreza. A ONGD portuguesa IMVF foi a parceira do Estado são-tomense que executou o projeto referido em ambas às fases.

CAPÍTULO - IV: ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1. NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação reveste de natureza qualitativa e não quantitativa. As informações que conduziram a percepção dos fenómenos em estudos foram recolhidas de forma descritiva. A este respeito, Bogdam & Biklen (1994) observam que, “sendo os dados recolhidos em forma de palavras, a investigação qualitativa assume carácter descritivo” (p.102).

4.2. PARTICIPANTES

Os participantes da nossa investigação foram intencionalmente selecionados. Por um lado, selecionamos três técnico adstritos profissionalmente a Organização Não Governamental Ação para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente (ONG ADAPPA) que têm uma experiência profissional superior a 15 anos no processo de formulação e implementação de iniciativas direcionadas a promoção da SAN em STP, que emitiram as suas opiniões sobre os problemas da SAN, bem como as suas causas e os fatores que contribuem para a sua persistência.

Por outro lado, selecionamos indivíduos e instituições que participaram na execução do PDSA II (coordenador e técnicos), bem como os próprios beneficiários diretos do projeto (associações/cooperativas de produtores e transformadores e o PNASE). Entretanto, todos os participantes que emitiram as suas opiniões na qualidade de beneficiários são oficialmente representantes legítimos das suas associações, cooperativa ou instituição.

4.3. PROCEDIMENTOS

A primeira fase ficou marcada pela análise documental e a revisão da literatura que nos orientou na formulação da questão da investigação. A quantidade de documentos selecionado foi de acordo ao lapso de tempo de que nos dispúnhamos para a apresentação da dissertação e o próprio limite das páginas recomendado para o trabalho, pois, como teria observado o Bell (1993) “não é possível analisar tudo, de maneira que tem de ser o investigador a escolher.” (p.106).

A integração do investigador na equipa que executou o PDSA I (2009 a 2011) e PDSA II (2013 a 2015), cumulativamente, com o conhecimento da realidade são-tomense sobre a questão em análise, concorreram para a tomada de decisões concernentes aos aspetos que se afiguravam importantes para esta investigação.

Após a seleção dos documentos e a construção teórica da investigação em Lisboa, seguimos para São Tomé, onde permanecemos durante um mês (31/12/2016 à 28/01/2017), com objetivo de recolhermos os dados *in loco* para análise dos mesmos numa fase posterior.

Os trabalhos em São Tomé tiveram início com entrevistas semi-estruturadas juntos dos especialistas sobre as questões da SAN, que permitiram no final reunir os principais problemas que preocupa o país, as suas causas e os fatores que concorrem para justificar a sua persistência.

A fase seguinte foi marcada pelos preparativos para a avaliação do projeto PDSA II. No essencial, nesta fase, realizaram-se entrevistas individuais com o coordenador do projeto e o técnico responsável pelo segmento e avaliação, tendo ambos nos ajudado a ter informações importantes sobre o projeto e facilitado diversos documentos relativos ao projeto, o que nos permitiu desenvolver ferramentas necessárias para a recolha de dados no campo.

Posto isso, as diligências foram feitas no sentido de recolhermos os dados no terreno. É assim que realizamos entrevistas individuais e dinamizadas com grupos de produtores de hortaliças (Oquê Maquina, Água Casada, S. Bernado, Mesquita, Rio Lima e Amparo II) e de mandioca (Água Sampaio e Santa Luzia) e os associados da fábrica “Nova Vida”¹⁰ e, igualmente, entrevista institucional com o representante do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar.

Os trabalhos em São Tomé finalizaram com encontro de restituição com o coordenador do projeto e, encontros individuais com técnicos afetos ao projeto que nos prestaram informações complementares e sanou-nos algumas dúvidas.

Já em Lisboa, os trabalhos prosseguiram com a análise dos dados, a preparação da dissertação e *feedback*. Nesta fase, analisamos e cruzamos os dados recolhidos no terreno e, elaboramos e submetemos a dissertação preliminar ao orientador para a análise e discussão. Recolhidas as sugestões para o aperfeiçoamento através do *feedback* do orientador incorporamo-las na dissertação. Por último, finalizamos e aprovamos a dissertação pelo que logo a submetemos ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) para ser defendida oralmente.

4.4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Na verdade, determinar os problemas da segurança alimentar e avaliar um projeto por si só constitui uma tarefa difícil que exige ao investigador recorrer ao uso de multi-método.

¹⁰ Fábrica de produção de polpa de frutas.

4.4.1. Análise Documental

A análise documental é uma das principais técnicas utilizadas nas ciências sociais na produção de informações, razão pela qual, Bell (1993) indica que “nalguns casos servirá para complementar a informação obtida por outros métodos; noutros constituirá o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo.” (p.101). Por essa razão, começamos primeiro a analisar os documentos do projeto que nos foram disponibilizados.

4.4.2. Entrevista

Os guiões de entrevistas foram concebidos tendo em atenção aos seus destinatários de acordo ao seu papel no desenvolvimento do projeto. As entrevistas com os especialistas sobre as questões da segurança alimentar, equipa de coordenação do PDSA II, bem como do PNASE realizaram-se em gabinetes e todas elas decorreram num clima de total descontração, tranquilidade e privacidade e tiveram uma duração média de uma hora.

Já as entrevistas com os produtores de hortaliças, mandioca e os transformadores realizaram-se nas suas respetivas comunidades e estas foram também feitas em ambiente descontraído e tranquilo, mas desta vez, as entrevistas foram dinamizadas na sua maioria no seio dos grupos-alvo, sendo que havia sempre um representante a responder às questões, mas que poderiam ser acrescentadas por outros associados. Estas, por sua vez, duraram em média de uma hora e quarenta e cinco minutos.

Observou-se em todos os entrevistados uma total abertura para a colaboração na produção dos resultados desta investigação e foi consensual reconhecer a sua importância para STP, tendo em conta que demos a conhecer aos mesmos os objetivos que norteavam o trabalho proposto. Portanto, comunicamos o objetivo do estudo, instituição académica que estamos vinculados e o contexto em que a investigação se realiza. Igualmente, apelamos aos “participante” que colaborassem ativamente com seus conhecimentos e experiências para enriquecer os resultados.

Após o consentimento dos “participantes”, solicitamos-lhes a autorização para gravarmos as entrevistas e asseguramos o caráter confidencial das informações prestadas. Para tal, utilizamos para as entrevistas um gravador de voz da marca OLYMPUS Note Corder DP-20 e um telemóvel da marca SANSUMG GALAXY (2016). Foi assim que demos início a recolha de dado por meio de conversas após o consentimento para a gravação.

CAPÍTULO - V: PROBLEMAS DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável¹¹.

Em STP, 23% da população encontra-se na situação da insegurança alimentar¹². No geral, os participantes neste estudo entendem que, os problemas da segurança alimentar residem essencialmente na quantidade, qualidade, disponibilidade e acessibilidade dos alimentos.

STP é caracterizado pela predominância de solo fértil e clima favorável para a prática da agricultura e criação de gado. Contudo, o país não tem sido auto-sustentável na produção de alimentos, ou seja, não são produzidos no país alimentos suficientes para alimentação da população.

Os produtos produzidos localmente que são colocados nos principais mercados¹³ do país não são certificados. A falta de política de certificação põe em causa a qualidade dos produtos consumidos.

A produção de alimentos em STP, na sua maioria, é sazonal e não existe, política de transformação e conservação de alimentos. Por esta razão não há disponibilidade de produtos no mercado ao longo de todo o ano.

Em STP, muitas pessoas não têm acesso aos produtos alimentares. Por um lado, os produtos podem estar disponíveis, mas as limitações económicas dificultam a aquisição dos mesmos. Por outro, verifica-se que a maior parte da produção concentra apenas nos dois principais mercados¹⁴ do país. Esta situação, muitas vezes, limita as populações mais longínquas de terem acesso aos produtos.

5.1. AS CAUSAS DOS PROBLEMAS DA SEGURANÇA ALIMENTAR EM STP

No geral, as principais causas da insegurança alimentar em STP são: Razões históricas (Monocultura); Importação; Mercado; Infraestrutura de transformação e conservação.

A cultura de cacau, cana-de-açúcar e café foram exploradas no país durante vários anos. Por isso, todas as infraestruturas ligadas à produção estavam voltadas para as culturas referidas. Na década

¹¹ In: Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação (FAO, 1996).

¹² Estudo sobre o fortalecimento da agricultura familiar a partir da produção de mandioca realizado em 2013 pela empresa brasileira Agrosuissa.

¹³ Mercado municipal e mercado coco-coco.

de 1990, observou-se uma maior diversificação com introdução de novas culturas alimentares como por exemplo tomate, repolho, feijão, mandioca, entre outras.

A abertura do mercado, na década de 1990, e a cooperação para o desenvolvimento entre o Estado são-tomense e seus parceiros internacionais (Programa Alimentação Mundial, Japão, entre outros) permitiram o país importar novos produtos alimentares (arroz, farinha de milho, massa, óleo alimentar, etc.) para consumo da população. Esta situação influenciou o hábito alimentar da população e provocou a desvalorização dos produtos nacionais.

A falta de mercado para o escoamento de produtos nacionais constitui um grave problema que desincentiva os produtores.

A introdução de novas culturas alimentares em STP, na década de 1990, não foi acompanhada de uma política coerente de construção ou adaptação das infraestruturas. Ainda hoje, são insuficientes ou mesmo inexistentes infraestruturas adaptáveis à transformação e conservação dos produtos provenientes da horticultura e da cultura alimentar.

5.2. POSSÍVEIS FATORES QUE DETERMINAM A PERSISTÊNCIA DOS PROBLEMAS

STP dispõe de condições favoráveis para ter uma produção auto-sustentável, por meio de produções agrícolas, que podem ser consumidas frescas, transformadas e conservadas. Mas, o certo é que ainda hoje, não obstante terem sido já desenvolvidas várias atividades (ex. reforma agrícola de 1990, execução de vários programas e projetos) o país continua a ser inseguro a nível alimentar.

A persistência dos problemas deve em grande medida ao fator político. Portanto, é necessário definir bem as políticas para atingir a meta da auto-sustentabilidade alimentar. É através da política que se define todas as estratégias capazes de assegurar a dinamização de ações voltadas para a promoção da segurança alimentar.

Na década de 1990, o Governo, por meio de reforma agrária, distribuiu terras agrícolas para os pequenos agricultores. Muitas famílias que receberam terras encontravam-se desprovidas de meios para trabalhar, não tinham experiência acumulada nem conhecimentos técnicos que permitissem explorar as terras recebidas (ACP & FONG-STP, 2012, p.18).

A reforma não definiu uma política coerente sobre o acompanhamento dos agricultores, que outrora eram funcionários públicos e que passaram a ser proprietários das parcelas de terras. Igualmente as políticas públicas de financiamento, de capacitação e de formação também não foram definidas de forma coerente.

A persistência dos problemas deve também à constante instabilidade política no país. O exemplo é que num período de vinte e seis anos, isto é, de 1991 a 2017, o país conheceu dezasseis governos constitucionais. Esta situação dificulta o país de ter uma política pública sólida, capaz de resolver os problemas da segurança alimentar uma vez que ela é constantemente interrompida. Por exemplo, um governo pode dar preferência a agricultura e outro pode dar preferência a pesca. Por outro lado, nota-se que as políticas que são definidas não são implementadas com rigor.

A falta de investimento na agricultura, horticultura, culturas alimentares e na criação e melhoria das infraestruturas de agro-processamento, que permitem transformar os produtos provenientes da agricultura, pescas e pecuária e infraestruturas de armazenamento dessas produções, bem como das infraestruturas de escoamento e a ausência de uma política de concessão de crédito agrícola, também se juntam aos fatores que justificam a persistência dos problemas.

Por último, a insularidade das ilhas dificulta a exportação dos produtos alimentares na época de excedente e, muitas vezes, dificulta a importação de alimentos na época de escassez. Por isso, a insularidade é também referida como causa de persistência de problemas da insegurança alimentar em STP.

CAPÍTULO - VI: AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA SEGUIDA PELO PDSA II

6.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO DESCENTRALIZADO DE SEGURANÇA ALIMENTAR FASE II

O Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar -Fase II (PDSA II) começou a ser referido neste trabalho como um projeto de cooperação para o desenvolvimento implementado em STP, no quadro da cooperação para o desenvolvimento entre o país e o IMVF, no âmbito da promoção da segurança alimentar. Recorde-se que, neste estudo, todo o esforço é empreendido no sentido de estudar a metodologia e os resultados do projeto com vista a reunir-se os ensinamentos que indicam como o país deve atuar para resolver determinados problemas da segurança alimentar.

A proposta da candidatura para o financiamento do PDSA II apresentada pelo IMVF, em 2012, à União Europeia observa que PDSA II surge num contexto marcado pela crise alimentar mundial, agravada em particular pela volatilidade dos preços dos alimentos, e respondeu ao desafio da União Europeia (UE) designado de “facilidade alimentar,” que tinha por objetivo responder ao aumento dos preços dos alimentos nos países em desenvolvimento como é o caso de STP.

O PDSA II resulta da implementação do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar em São Tomé e Príncipe (PDSA-STP) entre 2009 e 2011, das lições aprendidas e do trabalho em parceria com a Rede Nacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar (RESCSAN), Governo Central, Governo Regional do Príncipe, Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE). O PDSA II identificou e propôs contribuir para resolver problema da necessidade de apostar em fileira de alto valor produtivo e nutritivo, da falta de mercado para o escoamento da produção local, da escassez de unidades de conservação e de transformação, bem como da necessidade de alargar os espaços de discussão sobre a temática da segurança alimentar e nutricional.

O PDSA II tomou em consideração as recomendações apresentadas no Relatório Final do PDSA-STP que destacava a necessidade de apostar em algumas cadeias produtivas selecionadas, em lugar de várias, e propunha trabalhar de forma integrada em todos os aspetos da cadeia produtiva, tendo como polo de desenvolvimento de pequenas unidades de transformação; capitalizar o investimento feito na fábrica de farinha de mandioca em Margarida Manuel; apostar na introdução de tecnologias sociais para a promoção da segurança alimentar; intensificação de parceria com Governo e outros atores; focalização na estratégia de segurança alimentar e nutricional em formulação; e aposta no reforço da sociedade civil para a segurança alimentar.

No geral, o PDSA II propôs promover segurança alimentar e nutricional em STP e, no específico, visava valorizar os produtos locais e criar um mercado interno para o seu escoamento.

A dinamização da fileira de mandioca como veículo da promoção da segurança alimentar, o reforço do fornecimento nacional de produtos ao Programa Nacional de Saúde e Alimentação Escolar, a dinamização das tecnologias inovadoras para a promoção da SAN e a dinamização de espaço de concertação política entre o Estado e sociedade civil, no domínio da segurança alimentar, respondem aos quatro problemas inicialmente diagnosticados.

6.2. A CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS IMPLÍCITAS NA AVALIAÇÃO DO PDSA II

Pawson & Tyley (1997a), autor citado pelo Henriques (2006), observam que todo projeto tem uma “teoria implícita subjacente” e tem ideias como o projeto conceberá benefícios positivos. Este raciocínio possibilita avaliar se o “efeito líquido” desejado poderia efetivamente ser esperado. O “efeito líquido” do projeto local pode indicar as mudanças iniciadas na localidade. Entretanto, é necessário perceber-se por que os objetivos e as estratégias seguidas pelo projeto foram vistos como mais adequados em cada contexto. Dependendo da natureza estrutural do problema a ser resolvido, o fim do projeto pode não coincidir com o fim dos problemas, mas, é necessário estarmos atentos para compreendermos os sinais de mudança iniciados pelo projeto dentre as quais dependem a mitigação ou resolução do problema.

Aproveitado das reflexões do Henriques (2006), logo se percebe que a “avaliação” dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, sob égide da perspectiva da avaliação realista, contribui, em certa medida, para que por lado, haja construção de conhecimento sobre as condições contextuais subjacentes aos resultados da ação e, por outro, possibilita a construção de conhecimento sobre as condições generalizadoras dos resultados apresentados. Desta forma, os resultados das condições generalizadoras podem apresentar-se como recomendações metodológicas de ação ("transferibilidade metodológica") e também recomendações de políticas para fortalecer as ações públicas face ao problema a ser resolvido.

Como foi concluído no Relatório Final PDSA II “o desenho do PDSA II integrou medidas e respostas que visavam a superação dos quatros problemas identificados” (IMVF, 2015, p.13).

Na verdade, por um lado, os problemas foram diagnosticados pelo IMVF e, por outro, PDSA II integrou respostas que visavam solucionar os tais problemas. Contudo, o IMVF não esclarece as possíveis questões de partida que os problemas levantam, que nos permite confrontar com as respostas apresentadas. Esta simplificação dificulta a "transferibilidade metodológica" e recomendação de políticas. Entretanto, ela pode ser superada por meio da perspectiva da teoria implícita. Esta teoria procura formular as possíveis questões implícitas no contexto de “problema-solução” com vista a clarificar os resultados.

- **Aposta em fileira de alto valor produtivo e nutritivo**

O PDSA-STP construiu a fábrica de farinha de mandioca “Nova Luz¹⁵” e reabilitou e dotou às fábricas de farinha de mandioca da comunidade de Buguê¹⁶ e do Terreiro Velho¹⁷ com novos materiais e equipamentos. Entretanto, todo o potencial das fábricas não era explorado devido a escassez da mandioca no país.

O PDSA II surge num momento em que o Programa Nacional de Alimentação e Saúde escolar anuncia o interesse em adquirir produtos locais (farinha de mandioca, banana, hortaliças, etc.) para alimentação de mais de 42000 crianças nas escolas.

Os estudos realizados pela empresa Agrosuisse (2013, p.28) sobre o fortalecimento dos agricultores familiares a partir da produção da mandioca em STP, constatou-se que:

A produção da mandioca não onera custo de produção ou necessidade de fundo de manio dos produtores nem necessita de conhecimentos e capacidades não acessíveis à maioria. Ela assegura, também, uma parte importante das necessidades alimentares das famílias pelo que o seu desenvolvimento não implica, à partida, investimentos fora do alcance destas famílias. A agregação progressiva de maior valor a mandioca pode contribuir para um aumento de renda das famílias agricultoras e ser um elemento importante para a sua consolidação.

Como se percebe, as condições para o aumento da produção da farinha de mandioca foram criadas pelo PDSA-STP, mas não estavam a ser exploradas todo o seu potencial devido a escassez da mandioca. O Relatório Final do PDSA-STP recomendou apostar em algumas cadeias produtivas selecionadas em lugar de várias e, por último, o Programa de Alimentação e Saúde Escolar anuncia ser um grande mercado para consumo da farinha de mandioca. Se assim for, não será que a dinamização da fileira de mandioca e a consolidação dos trabalhos em torno das cooperativas de modo a orientá-las para o mercado, tornaria possível ter um produto certificado que garantisse a qualidade e a quantidade necessárias para mercados mais exigentes como o da alimentação escolar e exportação?

Não será que a dinamização da fileira de mandioca permitiria aumentar o rendimento dos pequenos produtores da agricultura familiar e transformadores e, ao mesmo tempo, contribuiria para a diversificação da dieta alimentar e para a segurança alimentar e nutricional da população são-tomense e promoveria a valorização da produção local?

¹⁵ Fábrica de processamento de mandioca em farinha de mandioca e outros derivados que se encontra localizada na comunidade de Margarida Manuel.

¹⁶ Comunidade tradicional de produção de farinha de mandioca e que já contava com uma pequena unidade de produção da farinha de mandioca antes da intervenção do PDSA-STP.

¹⁷ Maior comunidade produtora de farinha de mandioca na Região Autónoma do Príncipe que já dispunha uma pequena unidade de transformação antes da intervenção do PDSA-STP.

- **Reforço do fornecimento nacional de produtos ao PNASE**

Até 2013, o Programa de Alimentação Escolar era assegurado pelo PAM. No âmbito deste projeto, o PAM e o Governo são-tomense acordaram em transferir gradualmente a gestão e o financiamento do programa referido, entre outubro de 2013 a julho de 2015, e cabia Governo, nesta altura, assumir na íntegra os custos de funcionamento e de gestão do programa. Neste contexto, o Governo, por meio da Lei 4/2012 instituiu o PNASE, que iniciou as suas atividades, mas carecia de ser fortalecido. Pois, o PNASE pretendia reduzir os bens importados que até então constituíam a cesta básica escolar (arroz, farinha de milho, feijão seco e óleo alimentar) e propunha aumentar a aquisição dos produtos nacionais (banana, mandioca, matabala, fruta-pão, etc) para a nova ementa escolar.

Assumir o fornecimento de alimentos produzidos localmente para mais de 42000 crianças constituía um desafio no aumento da produção, melhoria da qualidade, bem como na disponibilidade e acessibilidade dos produtos. Em 2012, o IMVF apercebe-se que não existem condições para a conservação de produtos perecíveis a nível das escolas e havia dificuldade de acumulação de reservas alimentares. Entretanto, a aquisição de géneros alimentícios produzidos por agricultores locais, através da metodologia da utilização de políticas e programas públicos, poderia ser uma componente importante para impulsionar a promoção e o desenvolvimento local da agricultura familiar.

O PDSA II surge num momento em que o Estado são-tomense prepara para assumir a responsabilidade da política de alimentação escolar. O PNASE que foi criado no âmbito desta política carecia de criação de bases e estruturas institucionais e organizacionais de gestão e autonomia financeira para cumprir com os seus objetivos. O artigo 22 da Lei 4/2012 estatui que “nas compras de legumes, vegetais, raízes e tubérculos deve ser periodizado produtos locais e adquiridos nos principais mercados distritais” (IMVF, 2012, p.10).

Em 2009, um projeto piloto financiado pela Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe, direcionado para o fortalecimento da alimentação escolar, identificou agricultores familiares que teriam fornecido às escolas produtos alimentares produzidos localmente. O projeto referido propunha a diminuição da dependência da importação de alimentos, valorização da produção local e, por último, visava o fortalecimento da base produtiva são-tomense. (IMVF, 2012, p.7).

Da avaliação do projeto referido, constatou-se que seria possível, mediante o suprimento de algumas dificuldades, fornecer alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares às escolas. Pois, foram sublinhadas as seguintes dificuldades: falta de transporte para os produtos; falta de assistência técnica; falta de disponibilidade de sementes e insumos em quantidade suficiente e em tempo oportuno; e a falta de sistemas de crédito agrícola bonificado.

Partindo desses pressupostos, não será que se o PDSA II, por um lado, fortalecesse as associações e cooperativas dos produtores familiares, sensibilizasse e incentivasse as mesmas a aumentarem as suas produções, mediante uma metodologia de facilidade de obtenção de sementes e insumos em tempo oportuno, seguido de acompanhamento técnico e, por outro lado, prestasse apoio material e financeiro

que permitisse ao PNASE dotar-se de infra-estruturas de conservação e armazenamento de produtos facilmente perecíveis, bem como munir o mesmo de meios rolantes necessários para o transporte de produtos, poderia contribuir para o fortalecimento da alimentação escolar?

Se sim, o PDSA II não estaria a contribuir para a consolidação do mercado emergente que possibilitaria o escoamento da produção local que os produtores tanto reclamam? O surgimento e funcionamento pleno deste mercado, por um lado, não teria impacto positivo na melhoria socioeconómica na vida dos produtores e das suas famílias e, por outro lado, passaria a existir maior diversificação na cesta alimentar, impulsionaria a valorização dos produtos locais e diminuiria a importação dos bens alimentares?

- **Dinamização de tecnologias inovadoras para a promoção da SAN**

A produção alimentar em STP necessita de experiências inovadoras, capazes de gerar soluções mais adequadas à realidade do país. Por isso, deveriam ser promovidas iniciativas de baixo custo e de fácil adaptação das comunidades beneficiárias para a resolução dos problemas locais concretos. O PDSA-STP desenvolveu algumas iniciativas neste âmbito na tentativa de encontrar respostas que contribuíssem para a melhoria de qualidade de vida, geração de emprego e aumento de rendimento das famílias beneficiárias pelo que, importaria o PDSA II dar continuidade no fortalecimento das tais atividades e, eventualmente, promover outras.

Ora, o clima e o solo fértil predominante em STP facilitam a produção de uma diversidade de frutas que podem ser transformadas a fim de se evitar desperdícios. Até 2012, STP não dispunha de uma unidade funcional de transformação de frutas da época em polpa de frutas. Neste sentido, não será que a dinamização de novas tecnologias adaptáveis às realidades locais, com capacidades de transformar as frutas da época em polpa de frutas de modo a evitar-se desperdícios, contribuiria para a promoção da segurança alimentar do país? Será que não obstante as tecnologias inovadoras contribuiriam para a resolução do problema local, isto é, evitar que haja desperdícios também contribuiria para a diversificação alimentar e teria impacto na melhoria de condições socioeconómico na vida dos beneficiários?

- **Dinamização de espaço de concertação de ideias entre o Estado e a sociedade civil no domínio da SAN**

STP acolheu em 2010, o “Fórum sobre as Políticas Públicas para a Agricultura e a Segurança Alimentar¹⁸”. Neste fórum participaram mais de 50 representantes de diferentes setores governamentais, sociedade civil organizada, agências de desenvolvimento e de cooperação, embaixadas entre outros. O fórum permitiu construir um espaço de debate e de troca de experiências relativas à temática da

¹⁸ Fórum realizado na capital santomense entre 20 a 29 de setembro de 2010 onde STP discutiu pela primeira vez de forma profunda com os seus parceiros de desenvolvimento sobre as questões da SAN.

segurança alimentar e nutricional e marcou uma nova era na agenda política dos actores nacionais no que concerne à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional.

Os trabalhos permitiram formular duas recomendações. A primeira foi a necessidade de o país contar com uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de carácter intersectorial que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população são-tomense e a segunda foi a necessidade de fortalecer a intervenção da sociedade civil nesta matéria, através do fortalecimento da RESCSAN (IMVF, 2012, p.14).

Para dinamizar a materialização da primeira recomendação, o fórum sintetizou os debates e as conclusões enquanto contributo para a formulação da estratégia política da segurança alimentar e nutricional e fez a entrega formal ao Governo. Este documento permitiu estabelecer contactos junto ao organismo da FAO para o financiamento da elaboração da estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional que considerava ser de elevada importância para o país.

Já para o desencadeamento da segunda recomendação, o fórum aproveitou a oportunidade para definir mecanismos de funcionamento e coordenação da RESCSAN por meio da elaboração de um regulamento interno e da definição da estratégia da intervenção, bem como da realização de trabalhos para o fortalecimento da RESCSAN.

A decisão do Governo em avançar com uma estratégia nacional de SAN, certamente, justificaria a união de todos os esforços para apoiar a sua concentração no mais curto espaço de tempo possível. Se assim for, importante seria que o mesmo fizesse também ao nível do reforço do diálogo político como contributo para a sua implementação no terreno. Desta forma, questionar-se-ia o seguinte: A continuidade do apoio à RESCSAN não seria determinante para o fortalecimento deste diálogo, tendo em vista a aproximação da Sociedade Civil Organizada (SCO) e o Governo na concertação de ideias sobre políticas direccionadas à dinamização da segurança alimentar e nutricional em STP? O fortalecimento desta plataforma não permitiria a sociedade civil organizada continuar a participar de forma ativa no processamento da política pública para a implementação da nova estratégia nacional da segurança alimentar recomendada pelo fórum realizado pelo PDSA-STP?

6.3. AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS DO PDSAI E O PROBLEMA A SER

RESOLVIDO

- **Promoção e valorização dos produtos locais**

Até a presente data, a alimentação escolar baseia-se essencialmente em produtos importados (arroz, feijão seco, farinha de milho e óleo). Provavelmente, a substituição destes produtos pelos produtos nacionais (ex. banana, fruta-pão, matabala, mandioca, feijão-seco, hortaliças, óleo de palma etc.), desencadearia uma mudança no hábito alimentar da população são-tomense e contribuiria para a promoção e valorização de tais produtos. A consolidação do Programa Nacional de Alimentação e Saúde

Escolar, enquanto um potencial mercado que conta com mais de 42 mil crianças, certamente contribuiria para a promoção e valorização dos produtos nacionais e facilitaria o seu escoamento.

- **Criação de mercado interno para culturas de alto valor produtivo e nutricional**

A mandioca é um dos alimentos que constitui a cesta básica da população são-tomense e, o seu alto valor produtivo e nutritivo faz dela uma importante cultura. A falta de incentivo para o consumo deste alimento, a escassez de unidades de transformação, a falta de mercado para escoamento deste produto e dos seus derivados, acrescentando a falta de conhecimento por parte dos são-tomenses sobre os valores acrescentados da mandioca, como é o caso do uso da manipueira¹⁹ na agricultura levaram a um desaparecimento da plantação da cultura em grande escala desde a década de 1990.

A criação de um mercado nacional capaz de promover e valorizar esta cultura, em paralelo com campanhas de sensibilização sobre os seus valores acrescentados, certamente facilitariam uma aposta da produção em modelo de fileira²⁰.

- **Criação de mercados internos de produtos transformados e conservados**

A maior parte dos produtos alimentares produzidos no país são sazonais, isto é, são produzidos apenas em determinadas estações do ano, levando com que num mesmo ano civil haja época de excedente e de escassez. A instalação de infra-estruturas para conservação e transformação destes produtos cumulativamente com um mercado que os consuma certamente contribuiriam para a sua promoção e valorização.

- **Alargamento de espaço de discussão sobre a temática da segurança alimentar**

A realização de diversos seminários internacionais na capital são-tomense demonstra a preocupação tanto do Governo como da sociedade civil sobre os dilemas da segurança alimentar e nutricional. Certamente, a dinamização de um espaço para discussão e concertação de ideias entre o Estado e a sociedade civil sobre a matéria em causa também contribuiria para a promoção da segurança alimentar.

6.4. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO PDSAI (EFETIVAMENTE CONCRETIZADAS)

Os problemas a serem resolvidos são mitigados ou removidos pelas ações concretas implementadas pelo projeto. Por isso, os relatórios intercalares do PDSA II (2013/2014 e 2014/2015) indicam por atividades, as ações que foram efetivamente implementadas para a superação dos problemas identificados.

Na atividade 1, isto é, dinamização da fileira de mandioca, enquanto veículo de promoção da segurança alimentar, desenvolveu-se: estudo sobre a fileira de mandioca, revitalizou-se a cooperativa “Nova Luz” e “Terreiro Velho”, recenseou-se 420 produtores de mandioca, distribui-se mais de 800.000

¹⁹ Líquido que se extrai da mandioca ralada durante o processo de prensagem.

²⁰ Entende-se por fileira o modelo de produção coordenada entre o sector de produção, transformação e do mercado.

estacas de mandioca de variedades melhoradas e adaptáveis ao clima locais e prestou-se assistência técnica aos beneficiários.

Na atividade 2, isto é, reforço do PNASE, desenvolveu-se: a construção e apetrechamento de quatro polos de armazenamento de produtos agrícolas para fornecimento às escolas, entregou-se ao PNASE quatro moto-carinhas para facilitar o transporte de produtos entre os polos e as escolas e incentivou-se cerca de 200 horticultores a aumentarem as suas produções hortícolas para fornecer os respetivos produtos ao PNASE.

Tal incentivo concretizou-se por via de realização de várias formações específicas, apoio na consolidação das associações, distribuição de sementes melhoradas, fornecimento de produtos fitossanitários, ferramentas e assistência técnica permanente aos beneficiários. Por último, PDSA II mediou as negociações firmadas entre o PNASE e as associações dos produtores sobre o processo de fornecimento de produtos e organizou os horticultores no sentido de de iniciarem o processo de fornecimento dos produtos ao PNASE.

Na atividade 3, isto é, a dinamização de tecnologias inovadoras com vista à promoção da segurança alimentar e nutricional, desenvolveu-se: a reativação da fábrica “Nova Vida²¹” para a produção de polpas de frutas da época e contemplou-se a cooperativa “Coopa Fresco²²” com diversos lotes de equipamentos adequados à conservação de pescado.

Na atividade 4, isto é, a dinamização de espaços de concertação de ideias entre Estado e a sociedade civil organizada no domínio da segurança alimentar, desenvolveu-se: a criação do Conselho Alargado de Monitorização do Projetos, prestou-se assistência técnica para a implementação de nova Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e realizou-se três seminários internacionais na cidade de São Tomé sobre a temática da segurança alimentar.

6.5. IMPACTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS (‘EFEITOS LÍQUIDOS’)

Todo o projeto tem como objetivo apresentar resultados que geram impactos sobre o problema a ser resolvido. Os impactos podem ser vistos como as mudanças introduzidas no contexto da configuração do problema inicial abordado pelo projeto. Os impactos permitem esclarecer os sinais de mudanças introduzidas e mostram como os problemas foram neutralizados com a chegada do projeto. Os impactos contribuem para a validação da “transferibilidade metodológica” e de políticas. As ações implementadas no quadro do PDSA II causaram vários impactos no seu grupo-alvo, pese embora, não sendo todas elas da inteira responsabilidade do projeto.

²¹ Cooperativa de transformadores de frutas em polpas de frutas sita na comunidade de Blúblú.

²² Cooperativa vocacionada para a conservação e comercialização de pescados.

No contexto social, os trabalhos dinamizados em torno da fábrica “Nova Luz” permitiram que a população da comunidade de Margarida Manuel passasse a beneficiar de energia elétrica de qualidade, bem como de água potável. O projeto despertou o espírito de trabalho em equipa. O exemplo é que hoje os transformadores organizam-se em grupos para efetuarem a compra de mandioca. Os conhecimentos transmitidos pelo PDSA II permitiram vários transformadores desenvolverem aptidões técnicas para produzir nas suas propriedades com as mesmas metodologias usadas na fábrica.

As associações e cooperativas dos produtores de hortaliças e de mandioca fortaleceram e adquiriram novos conhecimentos. O exemplo é que os produtores de mandioca identificaram as variedades que melhor adaptam às suas comunidades e ficaram a conhecer o potencial e o tempo da produção das distintas variedades. A abundância das estacas de mandioca que hoje existe no país resulta dos esforços empreendidos pelo PDSA II.

No contexto económico, houve melhoria nos rendimentos dos transformadores, horticultores, bem como dos produtores de mandioca. Essa evolução contribuiu para a melhoria das condições habitacionais e de bens que constituem a casa e, houve aumento de número das famílias que passaram a beneficiar de energia elétrica e de água potável e houve melhoria no poder de compra das famílias.

A construção de polo de abastecimento permitiu a criação de postos de empregos fixos e remunerados no distrito de Lembá e, houve redução de custos com aquisição de fertilizantes, inseticidas e fungicidas com a introdução da prática do uso da “manipueira” na horticultura. As formações e sensibilizações dos benefícios do uso da “manipueira” despertaram grande interesse por parte dos horticultores. Em consequência, os transformadores passaram a comercializá-la.

O contexto ambiental foi marcado pela introdução do uso da manipueira na agricultura. Por um lado, a fábrica encontrou mecanismo para desfazer da manipueira que outrora representava grave preocupação que afetava a higiene e a própria saúde pública e, por outro, os horticultores passaram a ter uma produção mais biológica com menos custo. Por último, o contexto político foi marcado pela sensibilização do Governo e da população em geral sobre a necessidade de valorização dos produtos locais.

6.6. LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PARA POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA AÇÃO CORRENTE DOS AGENTES SOCIAIS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No quadro da cooperação para o desenvolvimento entre STP e IMVF, o país beneficiou no período de 2013 a 2015 do projeto de cooperação para o desenvolvimento PDSA II com vista a dinamizar o processo da segurança alimentar e nutricional. Para o cumprimento dos objetivos, o projeto referido identificou e propôs resolver quatro problemas. Ao longo de dois anos, por meio da sua estratégia de atuação, o PDSA II esforçou-se no sentido de efetivar um conjunto de ações que visava atingir os

problemas inicialmente diagnosticados, pelo que o nosso trabalho procurou compreender como é que esses problemas foram afetados com a chegada do projeto.

Para lembrar, a questão de partida é saber quais são os ensinamentos que o projeto de cooperação para o desenvolvimento PDSA II deixa a São Tomé e Príncipe, que possam ser incorporadas nas ações correntes dos agentes nacionais para a promoção da segurança alimentar e nutricional, e temos como propósito reunir os ensinamentos do PDSA II que indicam como o país deve atuar para resolver problemas da segurança alimentar. Procuramos com este trabalho indagar quais as boas práticas que o governo e a sociedade são-tomense poderão extrair da execução do projeto de cooperação para o desenvolvimento analisado, numa perspetiva de rentabilização de meios técnicos e recursos e apontar caminhos para ações futuras. Esta aprendizagem será tomada como proposta de “transferibilidade metodológica” e de políticas para actores de STP.

- **Análise 1: Dinamização da fileira da mandioca para responder as necessidades de apostar em fileira de alto valor produtivo e nutritivo.**

A dinamização da fileira de mandioca e a consolidação dos trabalhos em torno das cooperativas não resolveram o problema de certificação da qualidade de produtos que os mercados mais formais exigem e, não houve aumento considerável da produção na unidade de transformação “Nova Luz”. A constatação é feita pelo representante do PDSA II, ao afirmar que “os membros da cooperativa Nova Luz precisam ainda de muitas formações e de muito seguimento e, só a partir de um plano de formação e de seguimento contínuo poder-se-á desencadear mudanças de mentalidades ao ponto de permitir-lhes trabalhar no modelo de produção cooperativista”.

Corroborando, outro representante do projeto observou que “houve alguns constrangimentos, pois, tratando-se da mudança da mentalidade, é um processo que leva tempo, há muito trabalho por fazer, a própria duração do projeto não foi suficiente para dar cobertura ao seguimento das atividades junto da comunidade capaz de garantir o resultado desejado”.

Já outro representante reforçou que nesta altura “com os meios que os beneficiários dispõem, já poderiam dar respostas aos problemas da fábrica pelos seus próprios meios. Entretanto, verifica-se que cada um apenas quer produzir e ir-se embora. Não há uma produção em conjunto que lhes permitem ter a certificação de produtos e a cooperativa ainda não ganhou uma marca”.

A dinamização da fileira de mandioca melhorou a qualidade e a quantidade da farinha de mandioca consumida pelo mercado informal ou tradicional. Pois, a reabilitação das fábricas e instalações de máquinas simples que se adaptaram a realidade do país, subsidiada pelas diversas ações de formações e acompanhamento técnico, contribuíram para essa melhoria.

(...) outrora produziam a farinha em casa e de forma artesanal com muito esforço, prejudicavam a saúde, pois, levantavam às 3 ou 4 da madrugada. O ralador era feito de chapa e colocava em risco a segurança e higiene no trabalho bem como a própria saúde humana uma vez que esse método deixava as pessoas vulneráveis a ferimentos durante o processo da ralagem (...) depois faziam isso em casa perto de animais, de baixo de chuva, etc., (...) mas com a intervenção do projeto, hoje as pessoas produzem em melhores condições. (representante do PDSA II).

Igualmente, outro representante do projeto observou que antes da fábrica “... não havia estrutura adequada e a fábrica veio resolver esse problema. O exemplo é que se passou a dispor de um sistema de ralagem que facilita bastante o processo, em que dentro de 10 minutos ralam cerca de 200 kg de mandioca, o que se fazia em 2 dias”.

A dinamização da fileira de mandioca não garantiu que a fábrica de transformação “Nova Luz” funcionasse no seu pleno após o término do projeto. Portanto, na altura da avaliação, os beneficiários apenas serviam da mesma para o processo da torragem da farinha. Entretanto, não obstante os membros da cooperativa “Nova Luz” voltarem a produzir em suas casas de forma individual, isto não significa que, os esforços empreendidos pelo PDSA II em nada serviu, mas sim, pelo contrário, verificamos duas situações dignas de destaque:

A primeira é que as formações contribuíram decisivamente para despertar o espírito dos produtores de farinha em manterem um ambiente sadio com condições sanitárias e de higiene no momento da produção, conservação e comercialização da farinha e a segunda, constatou-se que, a instalação de equipamentos simples adaptáveis a realidade da comunidade, permitiu que fosse possível ao mecânico local analisar e compreender a constituição e funcionamento das referidas máquinas ao ponto de fabricar e adaptar as mesmas para a produção caseira. Pois, vários membros da cooperativa já instalaram essas máquinas produzidas localmente nas suas propriedades e estão a produzir com as mesmas metodologias utilizadas na fábrica.

Atualmente a fábrica encontra-se fechada porque os equipamentos que faziam parte do processo de transformação como o ralador e a prensa encontram-se avariadas. Devido a má gestão dos recursos, neste momento, a cooperativa não dispõe de fundos para a manutenção desses equipamentos. Mas a verdade é que as pessoas outrora produziam de forma rudimentar, mas agora com a integração do projeto, as pessoas receberam formações, tiveram acesso aos equipamentos da cooperativa e, com essas formações e com esses conhecimentos adquiridos enquanto membros da cooperativa permitiram que hoje, grande parte dos membros já conseguiram adaptar os materiais e equipamentos idêntico aos da fábrica em suas pequenas propriedades. Pois, a grande parte dos membros da cooperativa hoje já tem uma rala idêntica a rala da fábrica, já tem também uma prensa idêntica onde facilita o trabalho. Mas tudo se deveu as formações e oportunidades recebidas através do PDSA II, uma vez que os mesmos trabalhavam na cooperativa e que hoje estão aptos para investirem de forma individual nas suas pequenas propriedades com condições favoráveis de trabalho. (Representante de PDSA II).

A dinamização da fileira de mandioca permitiu o aumento do rendimento dos pequenos produtores da agricultura familiar e transformadores, diversificou a dieta alimentar, melhorou a segurança alimentar e nutricional e promoveu a valorização da mandioca. A observação é feita pelo representante dos produtores de mandioca, ao afirmar que a dinamização desta fileira “ajudou muito a melhorar as condições de vida da comunidade, por meio das estacas de mandioca que foram distribuídas.”

Corroborando, o outro produtor observou que “a distribuição das estacas de mandioca trouxe vantagem para os agricultores” e eles sentiram-se motivados e viram o rendimento. Igualmente, outro produtor sublinhou que “antes do projeto quase que ninguém fazia cultivo de mandioca, mas com a intervenção do projeto, pode-se dizer que todos os agricultores da comunidade produzem mandioca”.

A dieta alimentar das famílias também melhorou. A constatação é feita por um produtor.

(...) nós plantamos as estacas de mandioca entregues pelo projeto e estamos a colher a mandioca, digo, ainda hoje, saí mesmo do campo e trouxe mandioca para alimentação da minha família. Daí que, se eu não voltar a produzir, não terei o que comer nem o que negociar.

- **Resposta 2: Falta de mercado para o escoamento da produção local através do Reforço ao PANSE**

O fortalecimento e a consolidação das associações e cooperativas dos produtores familiares foram resolvidos durante o projeto. Para este fortalecimento, contribuíram as diversas ações de formações, a criação de estatuto e regulamento interno que regem as associações referidas, bem como a legitimação dos órgãos sociais das associações. A distribuição de *kits* de materiais, sementes e inseticidas aos beneficiários, mediante a cobrança prévia do valor de 30% dos bens entregues aos associados e a sua reversão para o fundo da associação de forma a contribuir para sua capitalização, bem como a introdução da assinatura de técnico do projeto na conta onde é depositada o valor são experiências que tiveram sucesso no processo de fortalecimento das associações que já começaram a ser incorporada na metodologia de outros projetos. A constatação é feita de forma unânime pelos representantes do PDSA II e dos produtores.

Ao nível das associações beneficiadas pelo projeto, atualmente, todas elas têm uma conta bancária alimentada através do resultado dos 30% da participação dos materiais, equipamento e sementes que foram entregues às associações. Portanto, todas elas têm uma conta bancária com um valor avultado em que a assinatura do técnico consta na conta, pois, essa é outra coisa importante que os outros projetos estão a seguir (Representante do PDSA II).

O PDSA II deu-nos formação, ajudou-nos na elaboração do nosso estatuto e do regulamento interno, bem como apoiou-nos na organização da Assembleia-Geral para eleição do corpo diretivo da nossa associação. Além disso, PDSA II orientou-nos a vender os produtos para os nossos membros no valor de 30 % de forma que este valor adquirido revertesse para o fundo da associação, e isto funcionou, pelo que, fomos nós que recomendamos esta metodologia ao projeto que está a beneficiar-nos agora, uma vez que esta estratégia contribuiu para o crescimento da nossa associação (Representante dos horticultores de Oquê Maquina).

Nós aprendemos a lidar com quota e joias e a questão de 30 % que os beneficiários comparticipavam ao receberem quaisquer benefícios, valor este que era revertido para o fundo da associação. Daí que, hoje, estamos conscientes que qualquer projeto que vier a beneficiar-nos, estamos sensibilizados em contribuir com o valor de 30% ao recebermos os apoios. (Representante de horticultores de Rio Lima).

A experiência da comparticipação de 30% foi boa porque a própria cooperativa cresceu monetariamente e não só. Após a retirada do projeto, com o valor arrecadado nós fizemos muitas coisas, como por exemplo a sede não tinha energia e nós colocamos. (Representante de Mesquita).

As campanhas de sensibilização e o incentivo por meio da metodologia de facilidade de obtenção de sementes e insumos em tempo oportuno seguido de acompanhamento técnico permanente saldaram-se

em aumento da produção e na melhoria da qualidade e tornaram os produtos mais disponíveis e acessíveis para as populações.

O projeto incentivou a produção interna, principalmente, dos produtos que podiam ser produzidos localmente de modo a que tivéssemos uma maior diversidade cultural no país num determinado período em que os preços dos produtos estavam altos (...) neste ponto, nós conseguimos durante este período que projeto funcionou, pois, notou-se um acréscimo na produção agrícola em termos pontuais, como da mandioca e produtos hortícolas. (Representante do PDSA II).

Corroborando com a sua visão, o representante da comunidade de Oquê Maquina sublinhou que “o projeto contribui bastante para o fortalecimento da segurança alimentar em S.T.P. sobretudo ao nível da produção hortícola”. E, para o representante da comunidade de Mesquita, o “projeto reforçou bastante o processo da segurança alimentar.”

Em paralelo com as ideias acima expostas, o representante dos horticultores de Rio Lima acrescentou:

PDSA II contribuiu para o fortalecimento da segurança alimentar em S.T.P. Outrora, produzíamos uma média quantidade produtos hortícolas e com a contribuição do projeto, nós aumentamos a produção. Saímos de pequenos para médios e de médios para grandes. Esse aumento foi acompanhado com a melhoria da própria qualidade dos produtos colocados nos mercados.

PDSA II, por meio de alocação de apoios logísticos e materiais contribuiu de forma significativa para resolver o problema da falta de infraestruturas de conservação e armazenamento de produtos facilmente perecíveis, que o PNASE carecia, e resolveu também o problema de falta de transporte para a deslocação de produtos de polos para as escolas. Entretanto, esta ação não saldou no fortalecimento da alimentação escolar. A constatação é feita pelo próprio representante do PNASE ao afirmar que:

O projeto trabalhou muito na perspectiva da produção e da organização dos agricultores, não obstante ter apoiado o PNASE com algumas questões importantes como a construção dos polos, equipamentos de conservação, meios rolantes, etc., pois, hoje nós temos quatro polos distritais, mas eles não vieram a transformar-se em polo de abastecimento propriamente dito como almejávamos, portanto, passaram a ser mais uma estrutura administrativa do funcionamento do próprio PNASE.

PDSA II contribui para a consolidação do PNASE, enquanto um novo mercado emergido, mas, este, por sua vez, não resolveu o problema de falta de mercado para escoamento da produção local, que os produtores tanto reclamam. A esse respeito, o seu representante observou que:

Não há margens de dúvidas que houve grandes ganhos com o PDSA II principalmente ao nível das infraestruturas ligadas à segurança alimentar e nutricional porque elas existem, são físicas, são visíveis e estão aí (...) mas faltou sobretudo uma articulação com o mercado - produtor, nós o PNASE não soubemos criar um mecanismo no quadro do projeto PDSA II sustentável capaz de funcionar de forma a assegurar essa sustentabilidade almejada, embora conseguimos ter alguns avanços. (...) o que tenho vindo particularmente a verificar é que não somos capazes de criar uma cadeia integrada, uma articulação suficientemente eficaz, capaz de ser sustentável e durador.

Paralelamente à ideia acima exposta, um dos representantes dos produtores frisou que “o maior problema não está na produção, mas sim na comercialização e que depois pode ser acrescentado a

transformação e conservação”. Para o representante, atualmente, os produtores passam “três a quatro meses a produzir sem saber o que vai acontecer no momento de escoamento.”

Em corroboração, o outro representante de horticultores observou que “o país tem grande capacidade de produzir, por isso, um projeto ao vir ajudar uma comunidade deveria primeiro encontrar mercado”. Um mercado em paralelo a afetação de “sementes de qualidades, materiais e insumos certamente permitiria haver o aumento da produção”. Para este representante, “PDSA II criou condições para aumento da produção, mas ficou-se de mãos atadas sem saber o que fazer com a produção, porque o próprio país em si não tinha como consumir o produto que foram produzidos e o PNASE que era a esperança não funcionou”.

O PNASE emergiu como mercado, mas na prática não funcionou. Por esta razão, não foi possível criar impactos positivos na melhoria socioeconômica na vida dos produtores.

Este mercado do PNASE, ele é um mercado efetivamente em construção. Ele não é ainda um mercado real (...) e, PDSA II juntamente com o PNASE criou nos agricultores uma grande expectativa e, esta expectativa, digamos, acabou por ser defraudada pelo próprio programa uma vez que o mesmo não respondeu a demanda e expectativas dos produtores. (...) os agricultores dizem, toda a dinâmica da segurança alimentar se ela não criar mecanismo, que garanta a melhoria de renda dos agricultores e da economia familiar, que lhe garanta a sustentabilidade da sua produção, da sua vida, todo o resto que nós possamos estar a fazer é mero assistencialista, isto começa e depois acaba. (Representante do PNASE).

Quanto à intenção de aumentar a diversificação dos produtos da cesta alimentar escolar, promover a valorização dos produtos locais, bem como diminuir a importação dos bens alimentares são questões que nos deixaram com maior dúvida sobre o resultado atingido. Na verdade, a classe dos produtores e o PNSAE celebraram um contrato de fornecimento e os produtores chegaram a fornecer os produtos locais à PNASE, no entanto, pouco tempo depois este fornecimento deixou de vigorar devido a falta de verba por parte do PNASE para o pagamento dos produtos fornecidos.

Entretanto, pela quantidade dos produtos fornecido e pelo escasso tempo de fornecimento, levamos a acreditar que esta ação não pode ser considerada como promotora da diversificação, promoção e valorização dos produtos nacionais nem tão-pouco ser vista como trave à importação dos bens alimentares. A este respeito, o representante do programa indicou:

Até hoje cerca de 90% de consumo nas escolas são provenientes da ração seca importada como o arroz, feijão seco, óleo alimentar e sal que constituem essencialmente a cesta básica e somente as restantes provêm dos produtos locais (...) ainda estamos muito dependentes da importação e a alimentação escolar hoje é uma boa amostra, pois, não há arroz, suspende-se a alimentação nas escolas. No geral, não havendo arroz no país a alimentação vê-se comprometida. No plano político, o arroz ganhou tanta confiança que faz cair e subir governos, coisa que não se sabe daí a quanto tempo a mandioca por exemplo vai fazer.”

Embora não devemos por de parte que houve ligeiras mudanças nos aspetos referidos acima, ainda que não nos foi possível encontrar dados que sustentam esta suposta mudança, entretanto, no nosso entender, até certo ponto esta mudança pode ser tida em consideração na medida em que comprovamos que houve tais melhorias no mercado informal, pois, após a frustração de acordo de fornecimento entre

o PNASE e os produtores, o PNASE recorria a hortas escolares e aos mercados informais para aquisição desses mesmos produtos de modo a complementar as refeições escolares. De certa forma, estes produtos foram introduzidos no menu escolar e certamente, desencadearam algumas mudanças no ponto de vista da promoção e valorização da produção nacional bem como na diminuição da importação.

- **Resposta 3: Dinamização de novas tecnologias para responder ao problema da escassez de unidades de conservação e de transformação**

A reabilitação e o apetrechamento da fábrica “Nova Vida” com capacidades de transformar frutas da época em polpas de frutas não melhorou a segurança alimentar e nutricional, não resolveu o problema do desperdício de frutas que os produtores reclamam, não contribui para a diversificação alimentar, nem tão-pouco criou impacto na melhoria de condições de vida das famílias beneficiárias de tais tecnologias. A constatação é feita pela própria representante da cooperativa ao indicar que “não houve nenhuma melhoria de vida e da renda dos beneficiários, o que nós temos até o momento é prejuízo, os membros colocaram muitas frutas e nós não conseguimos vender para pagarmos, nós temos dívida de energia de mais de 4 milhões e não temos como pagar”.

A curta duração do tempo do projeto, a falta do rigor no cumprimento do prazo estipulado para a reabilitação, o apetrechamento e a entrega da fábrica, a inadaptabilidade de algumas tecnologias face à realidade local, a falta de seguimento, a falha da energia elétrica constante, a fraca capacidade de divulgação dos produtos e a ausência de mercado para o escoamento, bem como a falta de fundo de maneiço paralelamente à falta de política de crédito foram apontados pela representante da fábrica como os principais fatores que concorreram para que a fábrica não alcançasse os seus resultados. Portanto, para esta representante “o tempo foi muito curto, desde do início quando o projeto identificou as necessidades da cooperativa e decidiu dar início a reestruturação e equipar a cooperativa havia pouco tempo e faltavam só nove meses para que o projeto terminasse”. Adiante, acrescentou que, a fábrica foi inaugurada sim, mas, no momento apenas “só havia alguns equipamentos que se comprou no país e, os que foram importados só chegaram depois do término do projeto”.

Quando as máquinas principais chegaram, os beneficiários não tinham técnico para os explicar como as utilizar, tanto é que não conseguiram colocar a balança etiquetadora a funcionar e restam dúvidas se é por falta de conhecimento sobre o modo da utilização ou se é porque a balança se encontra avariada, pese embora, já terem recorrido a várias ajudas, mas sem sucesso e, os mesmos não têm contacto com o fornecedor. Além disso, as máquinas importadas obrigaram refazer as instalações elétricas uma vez que esta era monofásica e não adaptava ao sistema trifásico das máquinas.

No que concerne à produção, a representante observou o seguinte:

Chegamos ao ponto de produzirmos e ficamos sem espaço na arca para caber mais produtos, mas, o certo é que não vendemos por falta de divulgação dos nossos produtos no mercado e esses mesmos produtos vieram a deteriorar-se em consequência das sucessivas falhas da energia. A falha da energia constante também já provocou avaria das nossas arcas”.

No que toca ao acompanhamento das atividades dinamizadas pelo projeto a mesma indicou:

Desde que o projeto terminou não há acompanhamento de nenhuma instituição nem tão-pouco temos apoios técnicos e financeiros, exceto, um departamento do Ministério da Agricultura que é responsável para o seguimento destas pequenas indústrias que se dirigiu à fábrica uma vez e fez o levantamento das nossas necessidades, mas que até hoje não tivemos nenhum *feedback*.

- **Resposta 4: Fortalecimento da RESCSAN para responder à necessidade de alargamento de espaços de discussão sobre a temática da SAN.**

A continuidade do apoio à RESCSAN atingiu em larga medida o resultado de fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o Governo em matéria de política direcionada à promoção da segurança alimentar. De igual forma, esta plataforma permitiu a sociedade civil continuar a participar de forma ativa no processamento de política para a implementação da nova estratégia nacional da segurança alimentar e nutricional que foi recomendada pelo fórum realizado pelo PDSA-STP. A constatação é feita pelo representante da RESCAN ao observar:

O reforço da capacidade da RESCAN permitiu que hoje tornássemos uma rede conhecida praticamente em todos os países da língua oficial portuguesa, no IFSN (International Security Net Work) que é uma entidade internacional que se ocupa das questões da segurança alimentar e nutricional ao nível mundial e que faz parte do mecanismo do Conselho Mundial da segurança alimentar. Nós fazemos parte da Rede da Sociedade Civil para a segurança alimentar da CPLP, nós participamos em todas as atividades ativas ao nível da CPLP e ao nível regional. Por essas razões podemos dizer que a rede tem conseguido, com os apoios do PDSA II, dinamizar e ser uma rede dinâmica. Ainda sim, esta plataforma permitiu-nos criar o conselho nacional da segurança alimentar e nutricional que nos permitiu dialogar com o Governo sobre as questões de segurança alimentar e nutricional, muito embora reconhecemos que ainda haja algo por fazer.

7. CONCLUSÕES FINAIS

Finalmente, podemos apontar algumas lições que o governo e a sociedade são-tomenses poderão aprender da execução do projeto de cooperação para o desenvolvimento PDSA II, passíveis de serem incorporadas nas ações correntes dos agentes nacionais como contributo para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

1ª. O PDSA II ensina a STP que, na ausência de um projeto de longo prazo para acompanhar os produtores de farinha de mandioca da cooperativa “Nova Luz” e, enquanto não houver um mercado fixo que garanta o consumo da farinha produzida pela cooperativa, o caminho recomendado para dinamizar a fileira de mandioca, com vista a fortalecer a segurança alimentar e nutricional em STP, passa pelo reforço das iniciativas individuais que ajustam à produção familiar.

Portanto, deve-se apostar nas instalações de pequenas unidades de transformação com equipamentos de fácil manuseamento nas propriedades das famílias. Esta indicação, permitirá as famílias serem, ao mesmo tempo, proprietárias dos meios de produção e, funcionárias do estabelecimento produtivo.

Sendo as famílias proprietária e funcionárias das unidades de transformações ao mesmo tempo, certamente, haverá por um lado, maior cuidado com a unidade de produção (ex. limpeza de espaço, manutenção das máquinas) e por outro, haverá mais engajamento das famílias no processo produtivo uma vez que toda a renda reverterá em favor da melhoria de condições de vida das mesmas.

2ª. O PDSA II, por meio das suas estratégias de atuação, definiu a metodologia a seguir para alcançar o aumento da quantidade e qualidade da produção hortícola, bem como da mandioca. Agora, para que se atinja o objetivo da valorização e promoção dos produtos locais, necessário se torna, reunir todas as forças vivas da sociedade são-tomense para encontrar um mecanismo capaz de transformar o PNASE num potencial mercado funcional. Portanto, com as características privilegiadas de que o PNASE dispõe, como é o caso de contar hoje com mais de 55 mil crianças que podem iniciar um processo de mudança do hábito alimentar, certamente, afigura como mecanismo mais indicado para cumprimento dos objetivos acima propostos.

Entretanto, enquanto o PNASE não tornar um mercado real com sustentabilidade financeira que lhe permite cumprir o acordo de fornecimento celebrado com os agricultores, o caminho recomendado para introduzir os produtos locais na ementa escolar de modo a desencadear o processo de promoção e valorização dos produtos nacionais, passa pelo reforço das hortas escolares ou mesmo dinamização de campos de produção destes produtos.

Por um lado, as hortas permitem que o PNASE tenha acesso aos produtos locais sem terem compromissos com os fornecedores e, por outro, sendo o PNASE a produzir os seus próprios produtos,

certamente, aumenta a confiança na qualidade²³ dos mesmos uma vez que não existe no país uma política de certificação de produtos que são colocados nos mercados.

3ª O PDSA II ensina a STP que, a dinamização das novas tecnologias para responderem à escassez da unidade de transformação e de conservação por si só, não contribui para a promoção e a valorização da produção nacional. Portanto, os trabalhos dinamizados não podem restringir-se apenas à construção e ao apetrechamento das instalações, mas sim, devem ser assegurados o seguimento dos trabalhos dinamizados por parte de técnicos competentes na matéria, mesmo após o fim do projeto.

O fornecimento da energia constante que garanta o normal funcionamento da unidade deve ser acautelado. A questão da divulgação e *marketing* dos produtos é uma questão que deve ser trabalhada de forma profunda para possibilitar o escoamento dos produtos. Ainda sim, é importante um fundo de maneiio para que os beneficiários iniciem as suas atividades.

4º O PDSA II indica ao país que a continuidade no fortalecimento da dinâmica da plataforma de concertação de ideias entre o governo e a sociedade civil organizada é o caminho recomendado para o fomento dos pertinentes debates em torno da questão da valorização e da promoção da segurança alimentar e nutricional.

²³ A constante flutuação de preço de produtos hortícolas no mercado põe em causa a qualidades desses mesmos produtos.

O exemplo, é que um horticultor pode utilizar um inseticida para fazer tratamento na cultura hortícola cujos intervalos de segurança para o consumo desta hortalíça tratada são de 20 dias.

Em muitos dos casos, antes de terminar o prazo de intervalo de segurança o preço do produto aumenta (ex. o preço sai de 10 mil dobras para 30 mil dobras). Neste caso, o horticultor desrespeita o intervalo de segurança, colhe estas hortalíças e coloca-as no mercado. Portanto, lhe interessa vender os seus produtos enquanto o preço está alto.

A outra questão é a utilização de dosagens incorreta dos inseticidas no tratamento dos produtos hortícolas, bem como a utilização de produtos altamente tóxicos e não recomendados que já foram proibidos ao nível internacional que ainda são usados no tratamento de hortalíças no país.

O outro problema são os produtos que chegam ao mercado por via do ato de roubo, portanto, o roubo por sua vez pode acontecer no mesmo dia em que o horticultor efetuou o tratamento nas plantações.

Como se vê, não há confiança na qualidade dos produtos colocados no mercado uma vez que os mesmos não são certificados.

Agora, imaginemos o que seria duas mil crianças de uma escola apanhar uma intoxicação alimentar devido um produto envenenado que foi adquirido no mercado?

7.1. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

A presente investigação é pioneira na avaliação orientada para aprendizagem a partir de projetos implementados em STP. Pelos resultados, acreditamos que a mesma poderá vir a contribuir para lidar para aumentar a capacidade de agentes nacionais lidarem com futuros projetos.

Poderá igualmente ajudar a fundamentar políticas e decisões que visem à promoção da segurança alimentar e nutricional. Ele poderá ajudar os estudantes e investigadores que se interessem em compreender como é que os problemas da segurança alimentar podem ser afetados com o desenvolvimento de projetos e a mesma deixa exemplo a seguir para avaliação de projeto desta natureza.

Igualmente, este trabalho nos permitiu avaliar os impactos obtidos com a ação desenvolvida pelo PDSA II no que toca ao incentivo da produção da cultura de mandioca uma vez que os mesmos não foram avaliados no final do projeto porque o potencial da produção ainda não se encontrava maximizado.

7.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Foi nossa intenção apresentar as lições que STP poderá apreender com a experiência do PDSA II que pudessem ser incorporadas nas ações corrente dos agentes nacionais com vista a contribuir para o processo da promoção e da valorização dos produtos nacionais e da dinamização da segurança alimentar, intenção essa que reconhecemos que talvez não foi totalmente atingida.

Assim, não podíamos deixar de apontar limitações ao trabalho. Na verdade, exceto a alguns documentos do PDSA II, é notória uma enorme escassez de informação relacionada com o processo de avaliação de projetos da segurança alimentar em STP, o que naturalmente influenciou a qualidade do trabalho. Outra limitação é o facto de não termos podido deslocar à Região Autónoma do Príncipe por razões financeiras para recolher *in loco* dados necessários para integramos na nossa lista de aprendizagem, atendendo as especificidades de àquela parcela do território nacional.

7.3. SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Entendemos que as futuras investigações na área deverão, antes de mais, encontrar meios para ultrapassar os constrangimentos acima referidos e, aconselhamos que o investigador dedique mais tempo à pesquisa de campo.

Ainda sim, aconselhamos que as futuras investigações não devem apenas serem orientadas pelo método de pesquisa qualitativo, mas sim, deverá também ser complementadas pelo método de

pesquisa quantitativo. Certamente, o recurso a estes dois métodos, permitirá um melhor esclarecimento dos resultados.

Como se percebe, no nosso trabalho indicamos que PDSA II contribui para a melhoria da segurança alimentar no país através de aumento da produção, contribui para melhoria de rendimento dos beneficiários, dentre outras, mas, o método que pesquisa que utilizamos (método qualitativo) não nos permitiu auferir o número destas melhorias. Acreditamos que esta informação enriquecerá os futuros trabalhos desta natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos & FONG - STPFideração das ONGs em São Tomé e Príncipe. (2012). *A Sociedade Civil e as Políticas Públicas em São Tomé e Príncipe*. ACEP - Associação para a Coordenação entre os Povos.

Afonso, Maria Manuela (1995). *Cooperação para o desenvolvimento. Evolução e perspectivas futuras*. Lisboa: CIDAC.

Afonso, Maria Manuela, & Fernandes, Ana Paula (2005). *abcd introdução à cooperação ao desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr.

AGROSUISSE. (2013). *Fortalecimento dos Agricultores Familiares a partir da produção de mandioca em STP*. Brasil.

Associação para a Cooperação entre os povos & Fideração das ONG em São Tomé e Príncipe. (2012). *A sociedade Civil e as Políticas Públicas em São Tomé e Príncipe*. ACEP.

Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Edições Gradiva.

Bogdan, R. & Biklen S. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria dos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia do ISCTE. (1996). *Sociologia, Problemas e Práticas: Metodologia de Avaliação*.

Freita, Paulo et al. (2010). *Saúde para Todos mudando o paradigma de prestação dos cuidados de saúde em São Tomé e Príncipe. Estudo de caso*. Lisboa: IMVF.

Henriques, José Manuel, (2006). *Global Restructuring And Local Anti-Poverty Action: Learning From European Experimental Programmes* . Lisboa: ISCTE.

IMVF. (2011). *Avaliação final do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar em STP*. Lisboa.

Instituto Marquês de Valle Flôr. (2015). *Avaliação Final de Projeto de Promoção de Iniciativas Produtivas no Sector Alimentar (PDSAII), Relatório Final*. Lisboa.

Instituto Marquês de Valle Flôr. (2012). *Formulário de Apresentação do Pedido Completo*.

Pacheco, Maria Inês, (1996). *As ONG na política comunitária para o desenvolvimento*.Lisboa: CIDAC.

Pawson, R. and Tilley, N. 1994, 'What Works in Evaluation Research?', in British Journal of Criminology, Vol 34, nº 3, The Institute for the Study and Treatment of Delinquency, Kings College / Oxford University Press, Oxford aplud Henriques, José Manuel (2006). *Global Restructuring And Local Anti-Poverty Action: Learning From European Experimental Programmes* . Lisboa: ISCTE.

Pawson, R. and Tilley, N. 1997a, Realistic Evaluation, Sage, 3rd edition 2000, London apludHenriques, José Manuel (2006). *Global Restructuring And Local Anti-Poverty Action: Learning From European Experimental Programmes* .Lisboa: ISCTE.

PDSA II. (2013/2014 e 2014/2015). *Relatório Intercalar* .STP.

Sayer, A. 2000, Realism and Social Science, Sage, London, aplud Henriques, José Manuel (2006).*Global Restructuring And Local Anti-Poverty Action: Learning From European Experimental Programmes* .Lisboa: ISCTE.

Webreferências

Jornal digital (2017) <http://www.stp-press.st/c84.htm>, consultado em 29/08/2017.

Jornal digital Mundo (2015). Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/numero-de-pessoas-que-passam-fome-no-mundo-cai-25-em-25-anos.html>. Consultado em 18 de abril de 2016.

ANEXOS

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS TÉCNICOS DA ONG

ADAPPA

Entrevistador: *“Senhor técnico, na sua opinião, quais são os problemas da Segurança Alimentar em STP”?*

Entrevistado 1: *“Os problemas da segurança alimentar nos remetem para quatro questões fundamentais: acesso que a população tem aos produtos produzidos localmente ou externamente, disponibilidade destes mesmos produtos no mercado, quantidade e qualidade e destes produtos na questão da saúde. (...) pois, STP como tal, é um país em termos de ser, de ter uma capacidade produtiva e disponibilidade de alimento ainda depara com algumas deficiências. Nós podemos ter potencial para produzir internamente, mas ainda não somos capazes de produzir o suficiente para alimentar a nossa população”.*

“Isto significa que, se perguntar me se STP é um país com segurança alimentar eu diria que não, porque o país não conseguiu produzir o suficiente para manter esta disponibilidade de produto ao longo do ano. Este facto conduz ao país ao estado da “insegurança alimentar” do ponto de vista de quantidade e do ponto de vista mesmo de qualidade e inocuidade dos produtos (...) até que ponto estes produtos são saudáveis, há pouco trabalho no que toca a análise dos alimentos”.

Entrevistado 2: *“Os problemas da segurança alimentar em STP residem essencialmente na quantidade, qualidade, disponível e o acesso, uma vez que não basta só a disponibilidade, mas terá que haver o acesso físico aos produtos, que estes produtos estejam acessíveis²⁴ as pessoas”.*

Entrevistado 3: *“Quando se fala da insegurança alimentar isso também tem a ver com a qualidade dos produtos porque aqui não se faz certificação (embora temos um centro o controlo de produtos) de produtos que se levam ao mercado. O agricultor por exemplo fez o tratamento hoje e usou um produto que tem um intervalo de segurança de 20 dias, mas passando uma semana, o preço deste produto disparou no mercado, por exemplo, o produto custava a 20 mil e passou para 70 mil, logo, o agricultor vai colher sem terminar este intervalo de segurança. Sem contar com a questão das dosagens incorretas, produtos altamente tóxicos e não recomendados que foram proibidos internacionalmente ainda são usados, sem contar com a questão de roubo que pode acontecer no mesmo dia em que o agricultor efetua o tratamento, esta questão acaba*

²⁴ Acessíveis aos bolsos dos consumidores.

por ser gravíssima. Tudo isso coloca-nos mesmo perante uma questão de insegurança alimentar grave a todos os níveis”.

Entrevistador: *“Senhor técnico, os estudos revelavam que 23% da população santomense não têm alimentos suficientes para satisfação das suas necessidades alimentares. Na sua opinião, quais são causas destes problemas acima referidos”?*

Entrevistado 1: *“STP foi um país que historicamente sempre teve monocultura, refere-se essencialmente a cultura de cacau, café, cana-de-açúcar e é um país que não tinha a diversidade cultural, pois, a diversidade cultural só começa a partir dos anos 80, com apoio da cooperação internacional nomeadamente a França, o país começou a ter a produção dos produtos alimentares como a batata-doce, mandioca, hortícola, feijão, tomate, cebola, repolho, todos estes condimentos que possibilitam uma alimentação mais adequada”.*

“Então o país só começa a ter a diversidade cultural nos anos 80 e não era a nossa prática fazermos este cultivo e começa-se a disponibilizar algumas áreas para este efeito. Tendo em conta esta nova prática, faltou alguns acompanhamentos. (...) A redistribuição das terras aos pequenos agricultores que não são agricultores fez com que a utilização destas terras não fosse mais adequada, aí falhou pois não houve um acompanhamento adequado”.

“Eu acho que o fator político é importante, uma vez que é esta quem traça toda a orientação, pois, faltou acompanhamento, faltou a disponibilidade financeira, para acompanhar as pessoas que outrora eram funcionários públicos que passaram a ser proprietários, faltou a capacitação e formação, todas elas que deveriam ser definidas no âmbito das políticas públicas do governo”.

“No fundo há vários fatores que concorrem para este insucesso, como eu disse, primeiramente as pessoas não estavam preparadas, segundo faltou acompanhamento (formação, capacitação, recursos financeiros) sem recurso financeiro a agricultura não vai lá muito longe e, nem todos os Estados apostam na agricultura como a base fundamental para o desenvolvimento. (...) Também a um outro aspeto que tem a ver com a infraestrutura, outrora, havia algumas estruturas, mas elas estavam mais dotadas para as questões de produção dos produtos de exportação, pois as infraestruturas não eram dotadas para a produção das culturas alimentares e hortícolas apropriado para o consumo ao nível interno e, não havendo estes tipos de infraestruturas como o caso do caminho para escoarem os produtos isto falhará”.

Entrevistado 2: *“(…) isto porque o primeiro é que a população está muito virada pelo consumo importado, as pessoas consomem com maior satisfação os produtos importados como arroz, óleo alimentar, feijão, frangos congelados, pois, assiste-se uma substituição do hábito alimentar que resulta a troca de produtos produzidos localmente pelos produtos importados, e isto já é um ponto negativo o que deveria ser o contrário”.*

Entrevistado 3: “(...) a questão de produção transformação e armazenamento destes produtos para depois na época que não produzirmos podemos ter estes produtos. Sabemos que na época da gravana temos muitas hortaliças e na época de chuva pouca temos. Além disso, não há determinados produtos porque são sazonais, como a jaca, fruta-pão, safú, manga, há época que também temos maior quantidade e nas outras não temos. Tudo isto, é necessárias políticas concretas e, não é construir uma câmara fria que depois de 3 meses deixa de funcionar”.

Entrevistador: “Na década de 1990, São Tomé e Príncipe por meio da reforma agrária, distribuiu terras agrícolas aos piquemos agricultores com objetivo de estes aumentarem a produção e conseqüentemente vencerem a pobreza. Entretanto, ainda hoje, os dados estatísticos demonstram que os mesmos problemas persistem. Na sua opinião, quais serão as razões que contribuem para a persistência do problema”?

Entrevistado 1: “O problema persiste porque o país é muito instável, o país não tem uma coerência de políticas e as políticas que são feitas não são implementadas com rigor, pois, se assiste uma constante instabilidade política no país. Imagina um país que tem uma independência a 40 anos e já conheceu 16 governos praticamente são 2 anos por governação, qual é o país que desenvolve assim, pois, cada governo tem a sua mentalidade, prioridades e políticas. Falando sério, este país nunca investiu na agricultura como é devido pois nunca a agricultura teve um orçamento com mais de 3% da OGE, quanto mais teve 1% e 1,5% nos últimos anos. Então alguém que queira falar da segurança alimentar e se não investe na agricultura nem tão pouco no sector privado não investe no agro processamento, não investe na transformação de produtos então não se pode falar da segurança alimentar”.

Entrevistado 2: “(...) o outro facto é que, aquilo que produzimos rapidamente satura o mercado entre aspas porque se formos ao mercado encontramos muito tomate cenoura, etc, mas de vez em quando se formos a Santana não se vê esses mesmos produtos devido a concentração em apenas um mercado. (...). Já no que toca a questão de exportação, esta tem a ver com a própria insularidade, pois, o país talvez se tivesse fronteira terrestre daria para exportar para os países vizinhos no que toca aos produtos de cultura alimentar”.

Entrevistado 3: “(...) a insularidade a priori, naturalmente, já diz que nós somos inseguros, mas, para que possamos contornar esta insegurança devido a própria questão de insularidade é necessário que Governo trace medidas bastantes concretas em termos de produção alimentar”.

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM PRODUTORES DE MANDIOCA

Entrevistador: *“Sabe-se que PDSA II forneceu aos agricultores estacas de mandioca e prestou acompanhamento técnico aos beneficiários. Na sua opinião, acha que esta metodologia contribuiu para o aumento da produção de mandioca bem como a melhoria da S.A em S.T.P? Porquê”?*

1ª Resposta: *“Contribui sim. Porque ajudou-nos muito a melhorar a condição de vida aqui em Água Sampaio com essas estacas de mandioca que foram distribuídas. Daí que nós temos continuando com este trabalho”.*

2ª Resposta: *“(…) porque principalmente a comunidade de Água Sampaio trouxe vantagem com a distribuição das estacas de mandioca motivou-se muitos os agricultores e agricultores viu o rendimento. A vontade da comunidade é que o projeto dê-se a sua continuidade de forma que nós sempre tivéssemos a ganhar”.*

3ª Resposta: *“Eu vejo que o projeto nos ajudou em bastante sentido porque nos tempos nós quase que não fazíamos esta cultura (…) mas com a chegada do projeto na comunidade que nos fez saber que há comprador que compra a mandioca para a transformação e nos ajudou com as estacas nós aumentamos a produção e conseguimos vender os nossos produtos”.*

Entrevistador: *“Partindo-se da experiência do PDSAI, na sua opinião, o que aprendemos que possa ser incorporado nas ações correntes dos agentes nacionais”?*

Entrevistado 1: *“Na minha opinião é que o próprio Estado aprendeu com o PDSA II isso porque PDSA II teve uma visão de aquilo que é a produção da mandioca em S.T.P. viram que este já estava na fase terminal e então PDSA II fez ressurgir esta cultura. (…) o projeto ajudou muito, não só ao agricultor, mas, como também os consumidores porque isto também deu o Estado uma visão de aquilo que pudesse comprar para implementar nas escolas como cultura nacional para consumo das crianças”.*

Entrevistado 2: *“(…) S.T.P. aprendeu que se houver incentivo aos produtores de mandioca tiver um acompanhamento técnico e houver um mercado é possível aumentar a produção e promover a segurança alimentar no país ...”*

Entrevistador: *“Já agora poderia indicar qual é o vosso maior problema associado a cultura de mandioca aqui na comunidade”?*

Entrevistado 1: *“(…) o projeto já nos apoiou com estacas e conseguimos multiplicar e identificar a variedade que mais se adaptou e que mais produziu. Entretanto, falta o*

acompanhamento técnico que possa nos ajudar em estar em sintonia com os compradores porque nós já temos estacas a vontade e então cada um pode ampliar a sua área (...) mas o mercado é limitado e o mesmo não vai conseguir consumir... “

“Atualmente os nossos maiores problemas residem na falta de acompanhamento, a falta da consolidação da própria associação bem como a garantia do mercado (...) quando o projeto iniciou houve motivação perante os agricultores de que o agricultor vai produzir e vai haver o mercado para venda. Portanto, o que motiva o agricultor é quando nós produzimos e vemos o mercado, posto de venda, um preço que nos satisfaz enquanto agricultor, aqui a cultura não desaparece. (...) quando o projeto entrega o agricultor estacas, os benefícios e que depois o agricultor planta e que no final não aparece o poder de compra é que quer dizer que o agricultor aqui fica mais pobre, porque nós somos agricultores e estamos prontos para produzir para ver o rendimento e aqui o agricultor fica a ganhar o mercado fica a ganhar, o comprador fica a ganhar e a população própria de S.T.P já sai de miséria”

Entrevistador: *“Já agora qual é a vossa expectativa sobre a fábrica de Margarida Manuel”?*

“(...) esta fábrica não deve parar, mas, para que a fábrica não pare é necessário também que deva haver a produção de mandioca e investimento para a produção de mandioca. Caso não havendo investimento quer dizer que a fábrica vai parar e se isso acontecer quer dizer que foi um investimento mal feito”.

“(...) acho que saída para o problema é que o Governo deve assumir o PNASE realmente como mercado. Este é um caminho sim, porque já aqui nós sentimos mais incentivados para nós produzirmos mais porque nós temos mercado de confiança para escoar o produto. Se caso não houver financiamento do Governo para PNASE que é para compra desses produtos será mesma coisa que a fábrica funciona e para porque não há mercado para compra”.

Entrevistador: *“Qual é o apelo que deixa para o governo ou para os próximos projeto que pretendem intervir no âmbito da cultura de mandioca??*

Entrevistado 1: *“(...) sabe-se que o agricultor precisa de ajuda, então ajuda não só monetária, mas, também é uma ajuda essas estacas que recebemos de mandioca. É uma ajuda de forma que nós também ajudamos o Governo e aqui há uma mútua ajuda de forma que também minimiza a situação de alimentação em S.T.P. com a mandioca nós apoiamos porque já com a mandioca já há diminuição da importação de compra de produtos de lá fora, uma vez que se pode consumir a mandioca tanto cozida como em farinha e derivados, e todas elas importantes para a alimentação...”*

Entrevistado 2: “(...) somos pequenos agricultores que trabalhamos com a terra e quando aparece um projeto com iniciativa de ajudar o Governo e ajudar o agricultor o Governo tem que intervir, porque sem agricultura o país não desenvolve. Isso quer dizer que a cultura alimentar juntamente com os agricultores o Governo apoiando quer dizer que não vai haver a necessidade de alimentação no país. (...) acho que qualquer outro projeto que vier a surgir deve dar continuidade as ações dinamizadas pelo PDSA II e deve-se focar no acompanhamento, consolidação da cooperativa e a questão do mercado. São esses três pontos necessários e constituem foco próprio dos nossos problemas. Porque aqui analisando todo é que agricultor precisa é de um centro de compra. Nós produzimos e precisamos de alguém que compre. Havendo alguém que compre, há produção.”

Entrevistado 3: “(...) falam da mandioca, falam da transformação que serve para muitas coisas, pois, hoje, a mandioca faz pão, faz-se farinha e muito mais, então se estamos a fazer para alimentação deve haver um mercado para escoar estes produtos para garantir ao agricultor no seu trabalho. Mesmo sabendo que nós recebemos vários tipos de apoios, 10 a 20 mil estacas com o projeto, posemos a mandioca e tivemos a mandioca porque ela produziu, mas no fundo o projeto acabou. Então nós ficamos no ar, eu digo eu fiquei no ar.” (...) “A mandioca foi vendida sim, mas, tinha que vender a algumas palaiês²⁵ mas se vão três, quatro cinco sacos, dinheiro fica lá até quando elas negociarem no mercado é que nos pagam. Neste caso o agricultor que produziu sente receio de voltar a produzir. (...) Mas, inicialmente, o projeto no informou que a nossa mandioca seria vendida para a fábrica de Margarida Manuel (...) entretanto nunca vimos as transformadoras aqui na comunidade”.

“Sabemos que o projeto terminou, mas não sei se a fábrica também acabou. Dai que o Governo também desde que o projeto terminou deveria intervir porque eu sei que qualquer projeto é do conhecimento do Governo. Falam-se do Ministério da Agricultura, dai que este deve apoiar as nossas preocupações. Portanto, em Água Sampaio os agricultores receberam as estacas de mandioca e estamos a colher a mandioca, digo ainda hoje saiu mesmo do campo extrai a mandioca para a minha alimentação e da minha família dai que se eu não voltar a fazer não terei o que comer nem negociar”.

Entrevistado 4: “O problema é que nós produzimos, aumentamos a produção e até conseguimos escoar os nossos produtos. Entretanto vendemos para um mercado que não temos confiança nele e o que realmente queremos é ter um mercado de confiança o que passa pela própria formalização do mercado que tenhamos um contrato de fornecimento e que podemos fazer uma programação do nosso próprio cultivo”.

²⁵ Comerciantes informações.

**TRANSCRIÇÃO PARCIAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM PRODUTORES DE
HORTALIÇAS**

Entrevistador: *“Sabe que PDSA II forneceu aos horticultores sementes de qualidade, insumos agrícolas, fertilizante. Além disso, os beneficiários contaram com acompanhamento técnico e beneficiaram de diversas formações. Na sua opinião, acha que esta metodologia contribui para o fortalecimento da S.A em S.T.P? Porquê”?*

Entrevistado 1: *“Na minha opinião serviu para o fortalecimento da S.A. em S.T.P. sim uma vez que se aumentou bastante a produção ao nível de horticultura e, portanto, a melhoria de renda dos horticultores neste caso também se aumentou um pouco embora não havendo forma para transformar o produto nem tão pouco escoamento do produto, mas seja como for houve melhoria no âmbito da S.A. em S.T.P”. (Representante da comunidade de Oquê Maquina).*

Entrevistado 2: *“Esta metodologia contribui substancialmente para a melhoria da S.A. em S.T.P. Aumentou a produção, aumentou o capital individual de cada agricultor porque foi um apoio direto tanto nas sementes matérias insumos e mesmos acompanhamento técnico, por isso no meu modo de ver contribui para o fortalecimento da S.A”. (Representante de Amparo II).*

Entrevistado 3: *“Esta metodologia contribui sim para fortalecimento da S.A. em S.T.P. porque nós em princípio produzíamos uma média quantidade de produtos agrícolas e com a contribuição do PDSA II nós aumentamos os nossos produtos, saímos de pequenos para médio e de médio para grande e esse aumento foi acompanhado com a melhoria da própria qualidade e abastecemos o mercado”. (Representante da comunidade de Rio Lima).*

Entrevistado 4: *“E eu acho que neste ponto nós conseguimos durante este período o projeto funcionava, notou – se um acréscimo na produção agrícola em termos pontuais, como da mandioca, produtos hortícolas, mas não podemos dizer que atingimos nada de S.A., longe disso”. (Representante do PDSA II).*

Entrevistador: *“Na sua opinião, achas que o modelo do projeto implementado pelo PDSAIII respondeu aos problemas de S.A. em S.T.P? Porquê”?*

Entrevistado 1: *“O modelo respondeu um pouco às necessidades da S.A. em S.T.P. porque certamente houve um excedente de produção e, portanto, aqui resolveu um pouco. (...) mas a forma como fazer escoar a produção isso é que congestionou sempre o problema e tem congestionado até agora. Só falta uma melhoria aqui nesta parte porque nós produzimos através do PDSA II e muito não só ao nível da comunidade de Oquê Maquina, mas também como ao nível do distrito de lobata e várias outras comunidades onde o PDSA II interveio houve muito*

excedente de produção, mas continuamos a estar da mesma forma porque como fazer vender os nossos produtos para que o custo da renda familiar pudesse aumentar um pouco mais, e é aí que está o problema”. (Representante da comunidade de Oquê maquina).

Entrevistador: *“Partindo-se da experiência do PDSAI, na sua opinião, o que aprendemos com este projeto que possa ser incorporado nas ações correntes dos agentes nacionais”?*

Entrevistado 1: *“(...) projeto referido deu provas de várias maneiras nomeadamente no momento da produção, aumentou a economia tanto do agricultor como dos consumidores, portanto essas são as razões que me leva a classificar o projeto como importante, pois toda gente ficou a ganhar com este projeto, não digo que só são os agricultores, mas também os consumidores também ficaram satisfeitos com o projeto. (...) a experiência da participação dos 30% é uma experiência boa porque própria a cooperativa cresceu monetariamente e não só. Após a retirada do projeto, com o valor arrecadado nós fizemos muita coisa, como por exemplo a sede não tinha eletricidade e nós eletrificamos, (...) a cooperativa cresceu monetariamente...”* (Representante da comunidade de Mesquita).

Entrevistado 2: *“(...) o país tem grande capacidade em produzir. Então, um projeto ao vir ajudar as comunidades deveria primeiro encontrar mercado logo após ter o mercado garantia os produtores a produzir. Assim, ao apoiar sobretudo com as sementes de qualidades adaptáveis ao nível do país certamente haveria o aumento da produção porque até agora não temos mercado (...) assim ao vir um projeto ajudar o país primeiro tinha que encontrar o mercado e depois os outros métodos que são as transformações, conservação (...) a prioridade dos problemas não está na produção, mas sim na comercialização e depois alarga-se para a transformação e conservação”.*

Entrevistado 3: *“PDSA II deu-nos formação, ajudou-nos na elaboração do nosso estatuto e do regulamento interno bem como apoio-nos na organização da Assembleia Geral para eleição do corpo diretivo da nossa associação. Além disso, PDSA II orientou-nos a vender os produtos para os nossos membros no valor de 30 % de forma que este valor adquirido revertesse para o fundo da associação e, isto funcionou, pelo que, fomos nós à recomendarmos esta metodologia ao projeto que está a nos beneficiar agora uma vez que estas estratégias contribuíram para crescimento da nossa associação”.* Representante da comunidade de Oquê Máquina).

Entrevistado 4: *“Nós aprendemos a lidar com quota e joias e a questão de 30 % que os beneficiários participavam ao receberem quaisquer benefícios, valor este que era revertido para o fundo da associação. Dai que hoje estamos conscientes que qual quer projeto que vier nos beneficiar estamos sensibilizados em contribuir com o labor do 30% ao recebermos os mesmos”.* (Representante da comunidade de rio Lima)

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DA ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DO PNASE

Entrevistador: *“Para que o PDSAI atingisse os seus objetivos de valorização dos produtos produzidos localmente através de criação de um mercado interno para o seu escoamento, PDSAI no eixo II, dedicou os esforços no sentido de reforçar a capacidade de fornecimentos dos produtos nacionais ao PNASE.*

É assim que PDSAI construiu 4 polos de abastecimento para o PNASE, forneceu ao programa vários materiais, equipamentos e meios rolantes indispensáveis para o seu funcionamento, organizou a classe dos produtores para fornecerem produtos ao PNASE, serviu de mediador entre o PNASE e a classe dos produtores que culminou na assinatura de um acordo de fornecimento. De igual modo, PDSAI chegou a organizar os produtores ao ponto de efetuarem a entrega dos produtos ao PNASE. Entretanto, sabe-se que o PNASE não tem autonomia financeira e o mesmo depende do OGE. Este motivo causa sérios constrangimentos ao seu normal funcionamento, chegando ao ponto de comprometer o contrato de fornecimento celebrado entre o PNASE e os produtores.

Na sua opinião, achas que as estratégias implementadas pelo PDSAI responderam aos problemas da S.A. identificados pelo PNASE? Porquê? No seu ponto de vista, o que achas que S.T.P. aprendeu com a experiência do PDSAI que possam ser incorporadas nas ações correntes dos agentes nacionais”?

Entrevistado: *“(…) o PNASE considera que houve grandes ganhos com o PDSA II, não podemos negar e aliás não há margens de dúvidas para isso porque houve ganhos ao nível das infra-estruturas ligadas a segurança alimentar porque elas existem, são físicas, são visíveis e estão aí, por isso não podemos negar este grande ganho que PDSA II impulsionou hoje tanto na óptica dos produtores hoje já temos algumas cooperativas, por exemplo, da farinha de mandioca da Margarida Manuel”.*

“(…) não obstante ter apoiado o PNASE com algumas questões importantes como aqui citou, a construção dos polos, meios rolantes, hoje nós temos os polos distritais essencialmente 4 polos, mas eles não vieram a transformarem-se um polo de abastecimento propriamente dito como almejávamos, pois, passaram a ser mais uma estrutura administrativa do funcionamento do próprio PNASE”.

“(…) a questão da disponibilidade de compras é esta uma grande questão também colocada por próprio quem produz, porque os mesmos dizem que nós só não produzimos para fornecermos ao PNASE porque o PNASE também não nos dá a garantia de compras, esta confiança. Isso também

falhou da nossa parte porque PDSA II juntamente com o PNASE criou nos agricultores uma grande expectativa, e esta expectativa digamos que acabou por ser defraudada por próprio programa não também respondeu a demanda e expectativas dos produtores”.

“Relativamente ao PNASE nós achamos que se nós queremos de mudar o paradigma da S.A.N em São Tomé, devemos começar por este plano, nós podemos começar através desse programa, hoje o programa também trabalha-se na componente como eu disse trabalhou na componente da horto escolar e tinha uma boa componente pedagógica, mas, nós estamos a dizer hoje é, a horta pedagógica ela é muito importante, ela é um mecanismo concreto para trabalharmos na educação da alimentar e nutricional mas nós também estamos a precisar das hortas produtivas porque a filosofia da horto escolar é de ser educativa”.

“Nós andamos a trabalhar muito nas hortas escolares, em pequenos espaços, mas nós hoje temos uma ambição, o PNASE está a dizer que nós deveríamos ter campo de produção, porquê que digo campo de produção, porque a questão da mobilização das hortaliças sobretudo produtos hortícolas é extremamente difícil para a alimentação escolar, para 180 com algumas salas em construção escolares nós estamos com extrema dificuldades em mobilizar hortaliças para todos esses estabelecimentos”.

“(…) os agricultores dizem, toda a dinâmica da S.A.N. se ela não criar mecanismo que garanta a melhoria de renda, da melhoria da economia familiar, que lhe garanta a sustentabilidade da sua produção, da sua vida, da sua economia familiar, todo o resto que nós possamos estar a fazer é mero assistencialista, isto começa e depois acaba”.

“A nossa segurança alimentar, eu digo sempre hoje, real e a alimentação escolar é uma boa amostra disso é muito dependente do arroz, alimentação escolar hoje, não há arroz para a alimentação escolar, em política também não há arroz compromete-se muito a alimentação do nosso país (...) precisamos reduzir esta dependência um só produto mãe ... “

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DA ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DA RESCSAN

Entrevistador: *“Na sua opinião acha que os apoios prestados pelo PDSA II para dinamizar um espaço de concertação de ideias entre o Estado e a sociedade civil foram atingidos”?*

Entrevistado: *“(…) podemos dizer que hoje somos uma rede conhecida praticamente em todos os países da língua oficial portuguesa, somos conhecidos no IFSN (International Securite Net Work) que é uma entidade internacional que se ocupa com as questões da S.A. ao nível mundial, faz parte do mecanismo do conselho mundial da S.A., nós fazemos parte da rede da sociedade civil para a S.A. da CPLP, nós participamos em todas as atividades ativas ao nível da CPLP, ao nível regional de S.A. quer dizer que a rede tem conseguido com os apoios do PDSA II dinamizar e ser uma rede dinâmica. Conseguimos dinamizar espaço onde todos os membros da rede vão lá e fazem consultas, tem internet e conseguem fazer as suas atividades mais modestas. Conseguimos até ajudar na construção da sede da FONGSTP, então isto para mim são os objetivos alcançados. Fizemos o segundo seminário sobre a S.A. ao nível da CPLP onde podemos trazer pessoas de todas a parte do mundo, trouxemos pessoas de América, de Ásia, África, grandes instituições que apoiam este mecanismo, o IFSN, o conselho de S.A. de Brasil, conselho mundial da alimentação, trouxemos várias pessoas e conseguimos fazer um trabalho acho do meu ponto de vista condigno”.*

TRANSCRIÇÃO PARCIAL DA ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE DO PDSA II

Entrevistador: *“Acha que metodologia usada pelo PDSA II na construção, apetrechamento da cooperativa nova luz contribui para contribuir ou garanti a S.A. em S.T.P”?*

Entrevistada: *“Sim, eu acho que esta metodologia contribui bastante para fortalecer a segurança alimentar no país visto que com a implementação do projeto houve muitas mudanças no sentido positivo embora havendo alguns constrangimentos. O número produção aumentou, digamos da transformação da mandioca em farinha, mesmo a cultura de mandioca houve divulgação nível nacional através do projeto na cultura de mandioca onde proporcionou o aumento da produção de farinha de mandioca”.*

“Falando de aumento de produção da farinha de mandioca estamos a falar da melhoria de vida dos transformadores, das transformadoras, porque Margarida Manuel é uma comunidade tradicionalmente que atividade económica desta comunidade é a transformação da farinha de mandioca, grande parte da família, digamos 90% da famílias vivem e de transformação da farinha de mandioca onde outrora produziam a farinha em casa e de forma artesanal com grande esforços, prejudicavam a saúde, pois, levantavam às 3 ou 4 da madrugada”.

“O ralador era feito de chapa e colocava em risco a segurança e higiene no trabalho bem como a própria saúde humana uma vez que esse método deixavam as pessoas vulneráveis à ferimentos durante o processo da ralagem (...) depois faziam isso em casa misto com animais, de baixo de chuva, mosca... não havia estrutura adequada e a fábrica veio resolver esses problemas pelo que passaram a dispor de um sistema de ralagem que facilita bastante o processo em que dentro de 10 minutos ralam cerca de 200 kg de mandioca, o que faziam em 2 dias”.

“Também com a entrada do projeto a construção da fábrica é implementada apetrechada com um tacho mais adequado é um tacho manual, mas o tamanho e a configuração, o sistema do aquecimento é muito mais rápido, mesmo os materiais e equipamentos são de forma mais adequada, a higiene. Para dizer, independentemente também houve a outra vertente do projeto que é a formação, em vários domínios no que concerne na área do associativismo, porque anteriormente em Margarida Manuel as pessoas transformavam-se de forma individual, mas atualmente já existe uma cooperativa dos produtores de farinha de mandioca de Margarida Manuel denominada Nova Luz, quer dizer que já trabalham em grupo, já trabalham em escalas, onde tudo esta um pouco mais facilitado”.

(...) independentemente da construção da fábrica, independentemente da criação de uma cooperativa, também a melhoria no sistema de iluminação da própria comunidade, onde na

altura o sistema da iluminação consideravelmente em precárias condições, (...) mas com a entrada do projeto houve reforço no sistema elétrico da própria comunidade e também canalização de água potável para a fábrica onde a comunidade também ficou beneficiada com um chafariz público...”

“Mas falando de constrangimentos, houve alguns constrangimentos, tratando-se da mudança da mentalidade, é um processo que leva tempo, há muito trabalho por fazer, a própria duração do projeto não foi suficiente pelo seu tempo, para dar cobertura ou acompanhamento, segmento técnico das atividades na comunidade. O projeto tinha um tempo limitado, um tempo determinado e seria importante que houvesse uma terceira fase do projeto para dar continuidades das ações do próprio projeto”.

Entrevistador: *“Não obstante a todas essas melhorias frisadas, verificamos que a fábrica se encontra fechada. Na sua opinião, o que motivou este abandono da fábrica e porquê que as pessoas voltaram a produzir nas suas casas como outrora faziam”?*

Entrevistada: *“Atualmente a fábrica encontra-se fechada isso porque os equipamentos que fazia parte do processo de transformação como a máquina, o ralador a prensa encontra-se avariada, devido a má gestão dos recursos neste momento a cooperativa não dispõe de fundos para a manutenção desses equipamentos. Talvez a vantagem e desvantagens, mais na verdade é que as pessoas outrora produziam de forma rudimentar, mas agora a integração dos projetos as pessoas receberam formação, receberam equipamentos, da cooperativa e com essas formações e com esses conhecimentos hoje grande parte dos membros já conseguiu adaptar os matérias e equipamentos idênticos a fábrica em suas pequenas propriedades”.*

A grande parte dos membros da cooperativa hoje já têm uma rala idêntica a rala da fábrica, já têm também uma prensa idêntica onde facilita o trabalho. Mas tudo deveu através da formação e oportunidades recebidas através do PDSA, uma vez que os mesmos trabalhavam na cooperativa mais as pessoas individualmente estão a conseguir investir nas suas pequenas propriedades criando condições para trabalharem nas suas propriedades”.

“(...) a outra questão é a dívida, as pessoas usam os serviços da fábrica de uma forma de crédito e para pagar posteriormente e por falta da honestidade ou por falta do próprio mercado que não corresponde de vez em quando as pessoas acabam por não pagarem e nesse momento existem um grande número de devedores na fábrica e isso faz com que eles não conseguem o valor para a manutenção dos equipamentos no tempo oportuno e na medida certa”.

Entrevistador: *“Na sua opinião, acha que o projeto por meio da fábrica da MM resolveu o problema da SAN que previa com os trabalhos dinamizados junto à cooperativa Nova Luz”?*

Entrevistada: *“Acho que respondeu ao problema da comunidade e neste momento a comunidade tem boa qualidade de energia, significa que com a vinda do projeto contribui para melhorar o impacto na comunidade de forma em geral”*

As pessoas que produziam ao ar livre, forma rudimentar, hoje já tiveram formação e estão a produzir de forma mais adequada e hoje em suas casas já conseguem produzir nas suas propriedades semelhante a fábrica. Portanto podia-se considerar também do ponto de vista do desenvolvimento as pessoas estão melhorando as suas condições”.

“Não obstante a fábrica encontrar-se num estado de queda, verifica se que cada um dos membros tem conseguido melhorar o seu modo de produção dentro das suas propriedades visto que a própria cooperativa não tem fundo para a manutenção”.

“Dai que cada um está desenvolvendo de forma individual as suas actividades e melhorando o sistema industrial. Mas, entretanto, as fazem uma parte do trabalho em suas casas mais ainda aproveitam o tacho da fábrica para torragem da farinha”.

“Por exemplo, há membros que tem equipamento e fez um forno adaptado mesmo com ralador e trabalhar com energia. Como lá existe este mecânico curioso, ele está a fabricar estas pequenas maquinarias de forma individual”.

“O outro problema é que vão lá fazer a farinha e não têm um comprador que digamos, porque se tivesse alguém a comprar a farinha da fábrica isto estimulava, isso tudo por falta de um comprador direto, então no fundo você está a produzir na fábrica, quer dizer existe uma cooperativa, mas não existe a produção em cooperativa. A produção é de forma individual e isso não estimula. Eu saio da minha casa eu vou lá produzir realmente, onde sou eu que tenho que lavar estas coisas, eu sujo e outro não, limpa, dai que se eu poder fazer em minha casa eu o faço. Mas se houvesse um comprador então as pessoas teriam que produzir em cooperativa, a cooperativa tivesse um mercado justo para comprar o produto logo incentivava as pessoas a abandonarem as suas casas e iram a fábrica para produzirem em cooperativa porque é lá onde tem o mercado. Não há mercado e isto está a condicionar”.

**TRANSCRIÇÃO PARCIAL DA ENTREVISTA REALIZADA COM A REPRESENTANTE DA FÁBRICA
DA COOPERATIVA NOVA VIDA**

Entrevistador: *“Na sua opinião acha que os trabalhos dinamizados em torno da cooperativa Nova Vida, isto é, reabilitação e apetrechamento com novas tecnologias contribui para fortalecer a segurança alimentar em STP”?*

Entrevistada: *“Bom, em termo do que o projeto nos deu foi tudo bom. Nós conseguimos com todos equipamentos, construção da estrutura, as formações que nós proporcionamos conseguimos colocar todos os membros num patamar bom para começar como prevíamos. Nós até produzimos, colocamos no mercado (...) mas, nós temos um grande problema com o escoamento, nós até levamos para a feira e pessoas gostaram, mas, nosso produto por não ser um produto de necessidade básica as pessoas não compram. (...) o nosso problema aqui está na falta de meios para divulgar”.*

“(...) nós fizemos muito por acaso. Estamos a produzir praticamente a um ano ou mais e, nós já demos muito produto. E, pensa, nós quase que não temos um fundo. Tudo que arrecadamos das quotas e jóias voam com estas pequenas despesas quando que elas deveriam servir para fazer outras coisas. Nós usamos para compra de frutas, porque nós não temos mais fundos, por exemplo, uma coisa que o projeto geralmente não faz, porque eles dizem que não podem por fundo de maneiio...”

Entrevistador: *“Com vista a preparar os beneficiários para a retirada do projeto, PDSAII ao longo dos 30 meses da sua vida útil criou e fortaleceu cooperativa “Nova Vida” promoveu diversas ações de formações, dotou a fábrica com materiais e equipamento necessário para a produção de polpa de frutas. Na sua opinião, 30 meses foram suficientes para que PDSAII preparasse os beneficiários para darem continuidade das ações incentivadas pelo projeto após o término do Financiamento? Porquê”?*

Entrevistada: *“O tempo foi muito curto, desde do inicio quando o projeto identificou as necessidades da cooperativa e decidiu dar inicio a reestruturação e equipar a cooperativa nós já tínhamos pouco tempo e faltavam só nove meses para que o projeto terminasse. Nós inauguramos o espaço sim, no entanto, só tínhamos alguns equipamentos que compramos mesmo aqui e, que importamos, só chegaram depois do término do projeto...”*

“O tempo não foi suficiente, foi muito pouco, precisávamos ainda de ter um acompanhamento (...) eu acho que divulgação e conquista do mercado está sendo crucial, mas, eu acho com apoio do projeto nós já conseguiríamos isso que é para nós o difícil”.

“Mesmo quando se trata de venda para fora, nós podemos até exportar a nossa polpa, com certificado de CIAT. Mas esse procedimento todo tem custo que a cooperativa por seu meio próprio não tem como suportar por falta de condições e, nós também não vamos recorrer ao empréstimo porque se nós ainda não temos garantias de mercado...”

Entrevistador: *“Após o fim do projeto em agosto de 2015, vocês têm contado com acompanhamento de alguma Instituição para vos auxiliar na resolução dos problemas acima referidos”?*

Entrevistada: *“Desde que o projeto terminou não há acompanhamento de nenhuma instituição. Exceto uma vez que o Ministro disse que havia criado um departamento que é responsável para segmento destas pequenas indústrias, foram lá, recebemos-lhes e fizemos levantamento e dissemos as nossas dificuldades que tínhamos de momento, só que até a presente data nenhum retorno”.*

Entrevistador: *“Durante a sua abordagem, pode-se aperceber que mesmo após ter passado mais de um ano da instalação da fábrica, esta por sua vez, não têm conseguido produzir resultados almejados, isto é, evitar que haja o desperdício de frutas e aumentar a renda dos beneficiários. Será que é mesmo isto”?*

Entrevistada: *“Melhoria da vida da renda dos beneficiários não houve nenhuma, o que nós temos até o momento é prejuízo, os membros colocaram muitas frutas e nós não conseguimos vender para pagarmos, nós temos dívida de energia de 4 milhões e tal e que nós não temos como pagar”.*

“Financeiramente, nós não tivemos nenhum impacto, nenhuma melhoria, mas isso não está diretamente ligada a fábrica, como eu já falei, por falta dessa divulgação que nós não temos, nós não conseguimos vender. Produzimos, mas não conseguimos vender, por exemplo, quando vamos a feira temos custo com o transporte, temos custo com aluguer das barracas e de combustível para transporte e muitas vezes nem conseguíamos vender para suprir esses pequenos custos”.

“(...) nós não podemos desligar as arcas nem apagar todas as luzes por própria questão de segurança, então, nós temos que manter a fábrica a funcionar e nós não estamos a conseguir vender o suficiente para pagar a conta. A solução desses problemas passaria pela divulgação, marketing, acreditamos que essa seria o caminho a seguir. Para tentarmos entrar no mercado, explicar as pessoas o que são os nossos produtos, convence-las da qualidade do nosso produto. E, outra coisa, talvez se o projeto nos tivesse acompanhado, se tivesse mais tempo para nos acompanhar, também seria uma boa alternativa, porque nos ajudaria mais na divulgação e nos termos financeiros”.

Entrevistador: *“Partindo-se da experiência do PDSA II, na sua opinião, o que STP aprendeu com esse projeto que possa ser recomendado a sua incorporação nas ações correntes dos agentes nacionais”?*

Entrevistada: *“(...) as morosidades também dificultaram as coisas e, quando as máquinas principais chegaram, nós não tínhamos alguém para nos explicar bem como usá-las, tanto que hoje ainda temos balança etiquetadora sem funcionar (...) e pelo menos deveríamos estar em sintonia com o fornecedor por via da internet, para explicar em caso de alguma dúvida (...) hoje, resta-nos duvida se somos nós que não conseguimos colocar a balança em funcionamento ou se a mesma se encontra avariada”.*

“(...) quando as máquinas principais chegaram, não sei se foi erro de quem desenhou ou de quem construiu (...) tínhamos que contribuir para refazermos as instalações da fábrica uma vez que esta era monofásica e não adaptava ao sistema trifásica das máquinas. (...) A caixa que da energia que o projeto pagou para colocar lá nós tínhamos que tirar e comprar uma outra...”

Entrevistador: *“já agora, acha que, com a fábrica, o projeto resolveu o problema do desperdício das frutas e melhorou a dieta alimentar dos santomenses”?*

Entrevistada: *“Não, porque nós ainda não entramos no mercado. O objetivo era transformar as frutas de modo a evitar perdas e vender para ajudar a garantir a segurança alimentar no país. Este objetivo ainda não foi alcançado porque nós não conseguimos colocar o produto suficiente no mercado...”*

“(...) há vezes que ficamos com arcas cheias sem espaço para colocar mais produtos e estes vieram a detorar devido a falha constante de energia (...) e já 2 vezes própria a arca avariou com produtos dentro e cheia”.